

GEÓGRAFO Flavia La Salvia *

GEÓGRAFO Nilbiamater S.B. Handschunch **

I - INTRODUÇÃO

Colonização (1) é um tema que tem sido estudado sob múltiplos aspectos, existindo uma vasta bibliografia a respeito. Mas, apesar disso as dificuldades na execução deste trabalho foram enormes, porque existiam poucas obras sobre a contribuição do imigrante na formação agrária do Estado.

Este trabalho se propõe, simplesmente, abordar um só aspecto: a colonização como causa do processo de minifundiação do Rio Grande do Sul, tendo como fundamento o lote colonial, a partir do estudo da documentação cartográfica antiga e de fotografias aéreas recentes.

A imigração europeia, não portuguesa, a partir dos primórdios do século XIX foi essencial para o desencadeamento deste processo. O colono chegou e se fixou na terra, participando da ocupação agrária do Estado.

O povoamento das matas do Rio Grande do Sul fez-se à base do lote colonial - origem da pequena propriedade agrícola - não importando qual tenha sido o agente colonizador (Império, Província, Estado, Município ou particular), nem tão pouco interessando qual tenha sido a origem étnica do povoamento (alemã, italiana ou outras).

O critério básico do mapeamento foi o aspecto morfológico do lote colonial (tamanho + forma) e os sistemas demarcatórios que de certa forma, reconstituiam toda a história da colonização, explicando a metodologia adotada.

O Governo Imperial, desejando iniciar a ocupação das matas através do sistema de colonização, criou, em 1824, a colônia de São Leopoldo, dando a cada colono e a cada chefe de família uma propriedade de terreno livre e desembaraçado, medido e demarcado com uma área superficial de 160 000 braças quadradas (77,44 ha), parte em campo, terras para lavoura e parte em mata virgem.

Durante certo tempo, até 1849¹, não se pensou em novos

(1) Tem significado muito amplo, podendo abranger toda e qualquer iniciativa visando o povoamento e a utilização de uma região. Em sua acepção mais restrita, no entanto, colonização é "toda a ação pública ou privada que vise a utilização da terra por uma classe de pequenos proprietários".

* Geógrafo da U.G.C. - CEMAPA

** Geógrafo da U.G.C. - CEMAPA

planos de colonização oficial. Entrementes, os grandes proprietários de campo encontravam um negócio lucrativo para suas sesmarias de mata que estavam inaproveitadas: vendê-las, em pequenos lotes, aos filhos dos colonos que necessitavam de terras; assim, expandiu-se a colônia São Leopoldo e, em torno dela, surgiram outras colônias como: Mundo Novo, Caiá, Bom Princípio.

Então, pela Lei de 28/10/1849, o Império concedia às províncias 36 léguas quadradas de terras devolutas a colonizar, estabelecendo como padrão os lotes de 100 000 braças quadradas (48,4 ha) os quais não poderiam ser arroteados por braço escravo.

A província do Rio Grande com as terras cedidas pelo Império fundou, neste mesmo ano, a colônia de Santa Cruz; em 1857, a colônia de Santo Ângelo na grande inflexão do Jacuí, e, em 1858, a colônia de Nova Petrópolis, ao norte de São Leopoldo, na parte superior da encosta.

Houve uma confusão a respeito da ocupação deste território a ser colonizado e, de todas as informações colhidas, pode-se presumir que as 36 léguas da lei de 1848 não foram ocupadas. Isto ocasionou uma polêmica entre a Província e o Governo Geral. E o que foi certo é que a Província não mais retomaria a iniciativa a respeito. Todos os núcleos daí por diante foram fundados pelo Governo Geral ou por particulares. Só em 1892, 3 anos após a República, o Estado voltaria a cuidar do assunto.

É nesta época que começa em grande escala a colonização particular. Apoiados nas áreas já colonizadas, beneficiando-se mesmo da capacidade de expansão da população das mesmas, os particulares lançaram-se também à colonização, preenchendo os vazios, fundando núcleos de cuja coalescência resultou a compacta área povoada pelos alemães que se estende de Torres até as proximidades de Santa Maria: Conventos (1853), Estrela (1853), Teutônia (1858), Arroio do Meio (1869). Também desta fase é São Lourenço (1858) localizada nas matas mais modestas que recobrem a encosta do Sudeste. A partir de 1874, procurando acelerar a expansão da pequena propriedade de trabalho livre, o Governo Imperial criou, dentro de um grande plano, uma série de colônias a serem povoadas por italiani.

A região escolhida foi a grande seção do planalto (Encosta Superior), recortada pelo Caiá e pelo Taquarí a uma altitude variando entre 650 a 800 m e recoberta pela mata mista de araucária. São desta época a colônia Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu. Como a Província tinha abandonado a colonização por ter o Governo Geral recusado-se a permitir o lotamento de novas glebas sem ficar antes apurado se haviam sido ou não utilizadas as 36 léguas da concessão de 1848, entrou a florescer no Rio Grande do Sul a indústria da legitimação de posse. Só no período de 1885 à 1889, nada menos de 3 bilhões de metros quadrados foram declarados pertencentes a posseiros que, na maioria dos casos, mal conheciam as terras requeridas.

Assim, o ato de 30 de abril de 1886, consolidando disposições sobre a venda de terras pertencentes à Província, dispunha que as terras situadas em zonas não colonizadas e que não fossem contíguas às colônias, poderiam ser vendidas a companhias ou particulares que se obrigassem a colonizá-las.

Com o advento da Constituição Republicana as terras devolutas passaram ao domínio dos Estados e, a estes, caberiam então a tarefa de colonização diretamente ou por concessões a particulares. No Rio Grande do Sul, a ação colonizadora caberia ao Estado em grandes áreas e a particulares, em áreas muito reduzidas.

O 1º ato do Rio Grande Republicano relativo à colonização é de 1892. Nele se determina, que nos territórios adjacentes ou próximos aos lotes coloniais não se conceda área maior que de 30 ha, preferindo-se para os lotes nestas condições, elementos nacionais ou estrangeiros com família já residente nos núcleos e "cujos antecedentes afiançiem o aproveitamento das terras pretendidas". Dispunha ainda que nenhuma concessão de terras seria maior de 100 ha se destinada à lavoura e de 400 se destinadas à colonização, caso em que teriam que ser divididas em lotes a colonos no prazo de 5 anos, sob pena de reverterem ao Estado. Os lotes, primitivamente, tinham área variável em torno de 35 ha (1 600 braças de fundo por 100 braças de frente). Nos fins do século passado, a colonização estadual começou em grandes extensões ficando, definitivamente, consagrado o padrão de 25 ha. As atuais propriedades, derivam-se de aglutinação ou de fracionamento desses lotes.

Nesta época, começou o povoamento das terras do planalto, fundando-se as primeiras colônias nas matas do Alto Uruguai: Ijuí (1890) e Guarani (1891) ambas às margens do rio Ijuí, quando já estava colonizada uma grande mancha de terra nas Encostas Inferior e Superior do Nordeste e uma pequena área do Planalto.

Precisava-se então expandir o povoamento para as matas do Alto Uruguai; este povoamento subordinou-se a um esquema muito simples: o Serviço Estadual de Terras e Colonização, fundou duas colônias: Erechim (1908) e Santa Rosa (1915), - nos dois extremos da Região e no Centro fundou uma terceira, Guarita (1917). Estas 3 colônias tiveram a função de pontões de desbravamento da mata, estabelecendo a junção com os núcleos iniciais.

A partir de 1914 foi rescindido o contrato mantido pelos Governos Federal e Estadual, tendo voltado o regime da imigração espontânea, sem ônus para o Estado.

O quadro 1 composto das colônias mais típicas e mais importantes resume o que foi dito acima, justificando os critérios empregados no trabalho.

A metodologia utilizada constou, essencialmente, da elaboração de um mapa das áreas de colonização antiga e recente, sendo realizado em duas etapas.

Na 1a. etapa foram mapeadas todas as colônias oficiais (fundadas sob a égide do Governo Imperial, Estadual ou Municipal) e as colônias particulares que possuam documentação (ver quadro 2).

A documentação cartográfica (2) constou de plantas e mapas antigos do acervo da Unidade de Terras e Colonização da CEMAPA para que se pudesse retratar bem como se desenvolveu a colonização no Estado. Como as escalas eram as mais diversas possíveis (1:5 000, 1:10 000, 1:20 000, 1:25 000, 1:40 000, 1:50 000, 1:60 000, 1:75 000, 1:80 000, 1:100 000 e 1:200 000) tiveram que sofrer uma, duas e até três reduções de 45% para que se pudesse fazer o mapeamento, uma vez que a base cartográfica foi o mapa político do Rio Grande do Sul na escala de 1:750 000.

Muitas foram as dificuldades encontradas para este mapeamento entre elas avultam: a diferença de toponímia das cartas antigas para as atuais, a inexistência de documentação cartográfica para as áreas onde existiam as colônias particulares, especialmente, a zona do Escudo, e existência de muitos mapas e sem demarcação de lotes. O critério utilizado para o mapeamento foi o do aspecto morfológico (tamanho mais forma do lote) e sistema de demarcação, o que possibilitou a definição de padrões de colonização para áreas semelhantes.

O tamanho foi enquadrado em 3 categorias: mais de 25, 25 e menos de 25 ha; primeiro, para facilitar o trabalho uniformizando as grandes diferenças, e depois, porque o tamanho do lote variou de acordo com a época de colonização.

Devido à dificuldade encontrada em razão de grande parte da documentação cartográfica não apresentar divisão em lotes, houve a necessidade de separar e mapear as áreas colonizadas com demarcação e sem demarcação conhecida de lotes.

Na 2a. etapa foi realizado o mapeamento das áreas de colonização recente através de fotografias aéreas na escala de 1:60 000 (IAGS e Governo Brasileiro - 1965) pertencentes a fototeca da Unidade de Geografia e Cartografia da CEMAPA.

As dificuldades encontradas para este mapeamento foram de duas ordens: a 1a. referia-se ao fator escala que não permitiu um maior detalhamento e a 2a., referiu-se ao relevo que, quando acidentado, mascarava os padrões de colonização. Mas, estas dificuldades foram sanadas, porque as linhas mestras de demarcação eram bem visíveis, assim como a disposição dos lotes, dando muita segurança ao mapeamento. Assim foi possível definir áreas semelhantes de colonização também pelo aspecto exterior que apresentavam.

(2) Vide anexo 2.

Esta área foi denominada área de expansão da colonização, porque nada mais foi do que um alargamento da colonização inicial, seguindo os mesmos padrões da colonização antiga, em áreas próximas, porém, não tão típicas.

Através da superposição dos dois mapas - de colonização antiga e de colonização recente - conseguiu-se um mapa único onde foram definidos os padrões de colonização (ver mapa).

III - COLONIZAÇÃO PROPRIAMENTE DITA

1a. Etapa: Colonização antiga

Baseadas na documentação cartográfica antiga estas áreas foram divididas em:

1. - Áreas com demarcação de lotes conhecida.

Estas áreas correspondiam em sua maioria às áreas das colônias oficiais e em pequena percentagem às das colônias particulares.

Dois sistemas básicos de demarcação nortearam a divisão dos lotes coloniais: o primeiro referia-se à uma divisão mais antiga, obedecendo a um critério tradicional, apoiado numa linha base, que convencionou-se chamar: "Divisão por linhas demarcatórias previamente traçadas e picadas e o segundo referia-se à uma divisão mais recente, obedecendo a um critério racional levando-se em conta a topografia do terreno que foi denominado "Divisão por rios e estradas".

1.1 - 1º sistema - Divisão seguindo as linhas (3) previamente traçadas e as picadas (4).

1.1.1 - Características:

No início da colonização, e por muito tempo, vigorou um sistema de divisão de lotes muito rígido, rigorosamente ortogonal, apoiado em uma linha previamente traçada cujas direções mais comuns eram Norte-Sul e Leste-Oeste.

Neste sistema, precisava haver algo de concreto para fazer a demarcação dos lotes. As linhas foram, portanto, sua viga mestra. Uma vez determinado o número de lotes e as suas dimensões podia-se traçar os limites da "linha colonial" que se constituíam em grandes blocos retangulares divididos de modo simétrico em pequenos retângulos (todos do mesmo tamanho).

(3) Linha demarcatória de lotes. Handschunch e La Salvia in "Processo de colonização no Rio Grande do Sul" 1974.

(4) Sinônimo de linha. Caminho aberto em linha direita através da floresta virgem, eixo de penetração e de circulação nas colônias, nome do setor correspondente da colônia. Roche Jean. La colonization allemande et Le Rio Grande do Sul. Université de Paris - Paris - 1959.

Predominou nas zonas das chamadas "colônias velhas", sendo os exemplos mais típicos encontrados nas Encostas Inferior e Superior do Nordeste.

Neste tipo linear de demarcação, não havia nenhuma consideração à topografia do terreno nem à rede hidrográfica. Esta cortava os lotes, indistintamente, em todos os sentidos.

As estradas neste sistema demarcatório tiveram uma importância capital, pois, uma vez aberta a "picada", era por ela que se fazia toda a circulação, tanto de pessoas como de produtos agrícolas. Geralmente, esta picada coincidia com a linha demarcatória.

As colônias (5) eram divididas, internamente, em linhas coloniais (6) que recebiam denominações próprias.

Estas linhas coloniais formavam figuras de formas geométricas (fig. 1).

A divisão dos lotes era feita através de uma linha demarcatória seguindo sempre uma mesma direção: N-S e L-O (em sua maioria) e NE-SO ou NO-SE (em sua minoria). Ao longo desta linha demarcatória, os lotes eram demarcados perpendicularmente para os dois lados ou para um lado só. No caso da estrada dividir os lotes a direção era a que a estrada possuía.

As propriedades coloniais de modo geral apresentavam uma mesma disposição, tendo suas frentes voltadas para a linha demarcatória ou para a estrada e os lotes eram, geralmente, retangulares de frente estreita e muito compridos.

Na época em que as colônias foram instaladas os lotes tinham tamanhos diversos que variavam de 48 à 77 ha. Com o correr do tempo, depois do advento da República, ficou estabelecido que para os loteamentos, tanto oficiais como particulares, o tamanho de 25 ha (250 x 1 000 m) seria o lote padrão. No entanto, este critério também foi alterado ao longo do tempo, os lotes eram numerados de vários modos:

a) Por linha colonial.

- Numeração corrida de um lado e de outro da linha demarcatória;

(5) Determinado número de braças quadradas ou léguas (colônias mais antigas ou hectares (colônias mais recentes) que constituiam terras a serem colonizadas. Handschunch e La Salvia. In "Processo de colonização no Rio Grande do Sul". 1974.

(6) Conjunto de vários lotes demarcados ao longo de uma linha previamente estabelecida, chamada linha de base, linha demarcatória ou travessão ao longo da qual os lotes (propriedades rurais) eram demarcados perpendicularmente à mesma. Cada linha colonial tinha o aspecto de um grande bloco geométrico. Handschunch e La Salvia. "In Processo de colonização no Rio Grande do Sul". 1974.

- Numeração alternada: números pares de um lado e ímpares do outro lado da linha demarcatória.

b) Por colônia.

- Numeração corrida para toda a colônia.
- Havia lotes que eram considerados sobras, porque ficavam entre duas linhas coloniais ou no vale de um rio que não eram numerados, mas eram denominados por letras maiúsculas.

1.1.2 - Definição de padrões:

Neste sistema foram classificados os seguintes padrões:

1.1.2.1 - Padrão Caxias.

Os lotes tinham a forma de pequenos retângulos. As linhas coloniais tinham a forma de grandes figuras de formas diversas (retangulares, quadrangulares e outras) divididas ao meio pela linha demarcatória de onde partiam os lotes perpendicularmente à mesma e de ambos os lados. Estas figuras seguiam sempre a direção da linha demarcatória, geralmente, no sentido N-S (verticalidade) e L-O (horizontalidade).

As linhas coloniais recebiam denominações próprias. Ex: Linha Silva Jardim, Linha Benjamin Constant, Linha 15 de Novembro na colônia de Alfredo Chaves.

O tamanho dos lotes neste padrão foi enquadrado em:

- a) + de 25 ha.

Os lotes eram muito extensos com grande variedade de tamanho, predominando os lotes de 36 ha, 48 e 50 ha, segundo documentação utilizada. Foi impossível determinar um tamanho de lote médio, tendo em vista a grande variação dos mesmos.

Havia também lotes menores de tamanho uniforme: 27, 50 ha (250 x 1 100 m), ocupando grandes extensões.

- b) 25 ha.

Os lotes tinham dimensões iguais ou seja 25 ha (250 m de frente por 1 000 m de fundo, sendo considerado lote padrão ou lote médio).

Predominou em grandes áreas.

- c) - de 25 ha.

Os lotes variavam de 12 a 22 ha. Predominou em pequenas áreas.

O aspecto assemelhava-se a grandes figuras retangulares divididas ao meio pela linha demarcatória de onde os lotes (pequenos retângulos) partiam, perpendicularmente, de ambos os lados daquela.

No padrão Caxias podemos distinguir três aspectos principais:

a) Mesma direção da linha demarcatória e igual tamanho de lote. Quando a linha demarcatória seguia uma mesma direção: N-S e L-O e os lotes tinham o mesmo tamanho (25 ha ou + de 25 ha) havia uma grande homogeneidade, simetria e uniformidade da área, porque estas figuras retangulares fundiam-se numa só, formando um todo compacto que extrapolava os limites da colônia.

Ex.: Alfredo Chaves, Antonio Prado, São Luiz Gonzaga, Guaporé, (Fig. 2). Quando a linha demarcatória seguia a direção de NE-SO ou NO-SE ou a estrada dividia os lotes, a área colonial perdia este aspecto de um todo compacto. Ex.: Sul de Guaporé, São Leopoldo.

b) Mesma direção da linha demarcatória e diferentes tamanhos de lotes. Quando a linha demarcatória seguia a mesma direção N-S ou L-O e os lotes tinham tamanhos diferentes (25 ha e + de 25 ha) em cada linha colonial a homogeneidade não era total (a simetria e uniformidade era observada por figuras, quer dizer, ficava reduzida à áreas menores, restringindo-se somente às áreas das linhas coloniais. Ex.: Caxias, São Leopoldo. (Fig. 4)

c) Direções diferentes e diferentes tamanhos de lotes. Quando a linha demarcatória seguia várias direções N-S, L-O, SE e outras e os lotes tinham tamanhos diferentes (+ de 25 ha e - 25 ha), apesar do sistema de demarcação ser o mesmo, havia uma grande diferenciação quanto ao aspecto: a área apresentava pouca homogeneidade (simetria e uniformidade).

Ex.: Rolante, Três Coroas. (Fig. 6).

Resumindo, o aspecto da área era de muita simetria e uniformidade. A simetria era dada pela horizontalidade e verticalidade das figuras. O primeiro caso ocorria quando a direção da linha demarcatória era L-O e o segundo quando era N-S.

A grande uniformidade era conferida pela forma regular (retângulos) dos lotes e pelo modo como eram demarcados: sempre perpendicularmente, à linha demarcatória e de ambos os lados da mesma. Há um princípio de organização muito característica conferido pela linha demarcatória.

1.1.2.2 - Padrão Santa Cruz

Os lotes tinham a forma de pequenos retângulos. As linhas coloniais caracterizavam-se por formarem figuras de formas as mais diversas (retangulares, quadrangulares, trapezóides e outras). Estas figuras seguiam sempre a direção da linha demarcatória que eram as mais diversas possíveis: N-S, L-O, NO-SE e NE-SO.

A linha demarcatória de onde partiam os lotes podia dividir as figuras ao meio ou estar colocada num dos lados das mesmas.

Desse modo os lotes eram demarcados, perpendicularmente, à linha de ambos os lados ou de um lado só.

As linhas coloniais recebiam denominações próprias. Ex: Linha Fuelber, Linha Formosa, Linha Ferraz.

O tamanho dos lotes foi enquadrado em + de 25 ha, havendo uma grande diversidade de tamanhos de 36 a 87 ha, sendo os mais comuns os de 48 ha conforme documentação cartográfica utilizada.

O aspecto assemelhava-se a grandes figuras de formas diversas (retangulares, quadrangulares, trapezóides), divididas ou não ao meio pela linha demarcatória, de onde, os lotes (retângulos) partiam, perpendicularmente, de ambos os lados da mesma, quando havia divisão e de um lado só quando não havia.

A área observada em sua totalidade dava impressão de grande retalhamento, mas olhada, detalhadamente, apresentava o aspecto de homogeneidade parcial (simetria por figuras sem solução de continuidade com as áreas próximas).

Apesar desta homogeneidade parcial, o princípio de organização era visível, porque a linha demarcatória é a viga mestra neste padrão. (Fig. 8).

1.1.2.3 - Padrão Ijuí

Os lotes tinham a forma de retângulos. A forma das linhas coloniais era dada por um conjunto de linhas paralelas, que formavam grandes figuras retangulares, divididas, perpendicularmente, em pequenos retângulos (lotes). Estas linhas paralelas seguiam sempre a direção da linha demarcatória, geralmente, N-S (verticalidade) e L-O (horizontalidade).

Estas linhas não possuíam denominações próprias, mas eram denominadas por linha base 0 (marco de demarcação), linha 1, linha 2, e assim por diante.

O tamanho do lote era de 25 ha (250 m x 1 000 m) nas áreas mais típicas e em maiores extensões e de + 25 ha nas áreas menos típicas em menores extensões.

O aspecto assemelhava-se a um conjunto de linhas paralelas que formavam grande figuras retangulares divididas, perpendicularmente, em pequenos retângulos (lotes). Nas áreas mais típicas estes lotes formavam grupos de 4, dispostos ora, perpendicularmente, ora paralelamente à linha demarcatória.

Como a direção da linha demarcatória era sempre no mesmo sentido N-S e L-O e o tamanho dos lotes sempre o mesmo (25 ou + 25 ha) o aspecto era de grande homogeneidade (simetria e uniformidade), caracterizando-se ainda por um paralelismo evidente. Há um princípio de organização muito nítido. (Fig. 10).

1.1.3 - Aspecto morfológico do sistema

Analizando separadamente os padrões que caracterizam este sistema, vimos que todos eles possuíam características

próprias que os diferenciavam, mas em linhas gerais elas obedeciam as mesmas regras fundamentais:

a) Existência de uma linha demarcatória a partir da qual os lotes eram demarcados o que conferia um princípio de organização à área colonizada.

b) Homogeneidade bem acentuada da área caracterizada por uma simetria e uniformidade total ou parcial conferida pela forma regular do lote e tamanho igual.

c) Abundância de caminhos vicinais e estradas que eram originadas, em geral, das próprias linhas demarcatórias e picadas. As estradas, quando acompanhavam os rios, estavam sempre no fundo dos vales.

1.2 - 2º Sistema: Divisão seguindo o curso dos rios.

1.2.1 - Características:

Em áreas de povoamento mais recente foi adotado um método mais racional de subdivisão de terras, levando-se em conta as condições topográficas, buscando sempre a facilidade de comunicação e de circulação proporcionadas pelos suaves espiões de planalto, as estradas acompanhavam tanto quanto possível linhas de divisores d'água. O esgalhamento das estradas e caminhos vicinais acompanhavam a hierarquia dos interflúvios e cada lote, tanto quanto possível, se estendia entre a via de circulação e o fundo do vale.

Este sistema de divisão predominou nas zonas das chamadas "colônias novas", sendo os exemplos mais típicos encontrados na região do Alto Uruguai.

A topografia, a rede hidrográfica e as estradas tiveram, assim, um papel importante neste tipo de demarcação, servindo de linha demarcatória e de limite natural, não só às áreas colonizadas como também aos lotes coloniais.

Neste sistema de colonização o fator topográfico foi preponderante: os rios e as estradas condicionados pela topografia, eram as linhas básicas para a demarcação.

A divisão interna das colônias era feita através de secções (7) e polígonos (8). A secção subdividia-se em várias outras e recebia denominação especial.

- Exemplo Secção Farinhas - esta denominação repetia-se para as outras subdivisões: 1a. Secção Farinhas, 2a. Secção Farinhas e assim por diante. (Fig. 12).

(7) Parcada territorial de uma colônia. Cada secção possui uma numeração privativa de lotes. Farrapo, Israel, CEMAPA (Informação verbal), 1974.

(8) Nome dado a uma secção ou parte de lotes de uma secção durante a medição, discriminação de ocupação, cálculo de áreas, mapeamento e demarcação. Farrapo, Israel, CEMAPA (Informação verbal), 1974.

Um polígono era formado de vários outros pequenos polígonos, que eram numerados: polígono nº 1, polígono nº 2 e assim por diante, ou então recebiam denominações especiais. (Fig. 13).

Os rios e as estradas eram as linhas de demarcação natural dos lotes, que tinham suas frentes voltadas para os mesmos estendendo-se pelas vertentes até os altos divisores.

Em sua maior parte os lotes tinham a forma irregular, sendo condicionados pela topografia.

Quanto ao tamanho em sua maioria eram sempre inferiores a 25 ha e quando ultrapassavam este limite nunca chegavam a mais de 30 ha.

A numeração era privativa por secção inteira, englobando suas várias divisões.

1.2.2 - Definição de padrões

Neste sistema foram classificados os seguintes padrões:

1.2.2.1 - Padrão Alto Uruguai

Os lotes tinham a forma:

- Irregular com 3 lados retos, sendo 2 paralelos.
- Irregular com 2 lados retos e paralelos.
- Muito irregular com os lados desiguais.

As secções e os polígonos tinham a forma de uma grande rede, cujas linhas gerais eram dadas pelos rios e estradas, estas sempre nos divisores d'água (fatores fundamentais para a demarcação) e cujas malhas eram constituidas pelos lotes coloniais. Ordenando a demarcação podia ou não haver uma linha entre dois rios ou afluentes que dava disposição aos lotes. No 1º caso, os lotes eram perpendiculares à mesma e estavam dispostos, paralelamente, entre si em relação aos cursos d'água, de jusante para montante. No segundo caso sómente os rios davam disposição aos lotes. Em ambos os casos os rios serviam também de limite natural.

A direção geral das secções (rede) seguia sempre a mesma dos rios da região.

As secções recebiam denominações próprias, sendo atribuídos números ordinais às suas subdivisões. Ex.: secção Irai - 1a. secção Irai, 2a. secção Irai e assim por diante.

Quanto ao tamanho dos lotes foram classificados em mais de 25 ha e menos de 25 ha sendo que, os lotes de mais de 25 ha, nunca ultrapassaram 30 ha.

O aspecto assemelhava-se a uma grande rede cujas malhas eram formadas pelo conjunto dos lotes. A la. vista parecia que possuíam forma anárquica, mas observando-se melhor notava-se que havia um princípio de organização dado pela linha ou estrada que dividia os lotes e pelos rios que serviam de limite

natural. O princípio de organização, a forma do lote e o tamanho influia muito para definir o aspecto fisionômico deste padrão.

No padrão Alto Uruguai foi possível distinguir três aspectos principais:

a) Princípio de organização, forma irregular dos lotes e maior tamanho (+ 25 ha).

Quando além da direção geral dos grandes rios, havia um princípio de organização visível, ordenando a demarcação ou seja uma linha ou estrada, entre dois rios ou afluentes que dava disposição aos lotes, a área apresentava uma certa homogeneidade. Os lotes de forma irregular (3 lados retos, sendo 2 paralelos), eram perpendiculares a esta linha e estavam dispostos, paralelamente, entre si em relação aos cursos d'água, acompanhando a disposição da rede hidrográfica. (Fig. 14).

b) Sem princípio de organização, forma irregular dos lotes e diferentes tamanhos (+ 25 e - 25 ha).

Quando só a orientação dos cursos d'água dava disposição aos lotes e, tendo estes a forma muito irregular (lados totalmente desiguais com 2 retos e paralelos) não importando seu tamanho (+ ou - 25 ha), a área era caracterizada por grande desuniformidade. (Fig. 16).

c) Princípio de organização forma irregular dos lotes e diferentes tamanhos (+ 25 e - 25 ha).

Quando havia um princípio de organização, ou seja, uma linha que dava disposição aos lotes entre 2 rios, mas que seguia direções diversas, a área não apresentava homogeneidade, dando a impressão de grandes polígonos deslocados em sentidos opostos. Os lotes de forma irregular (3 lados retos, sendo 2 paralelos) estavam dispostos em relação à direção destas linhas, formando pequenas figuras deslocadas nos mais diversos sentidos. (Fig. 18).

Em resumo, o aspecto era de grande desuniformidade, porque as áreas não apresentavam solução de continuidade, quer dizer: ora tinham princípio de organização, ora não; ora os lotes eram menos irregulares, ora mais irregulares, ora tinham maior tamanho, ora menor tamanho.

1.2.2.2 - Padrão Torres

Os lotes tinham a forma irregular, tendo 2 lados retos e paralelos, caracterizando-se por serem muito estreitos e compridos.

A forma dos polígonos assemelhava-se a figuras dissemelhantes que apresentavam uma sinuosidade peculiar, porque tinham os rios servindo as linhas básicas para a demarcação dos lotes. Os lotes estreitos e muito compridos, distribuiam-se, perpendicularmente, ao longo dos rios da região.

Quanto ao tamanho foram enquadrados em mais de 25 ha, sendo os tamanhos mais comuns de 36 à 48 ha, conforme documentação cartográfica utilizada.

O aspecto da área era de figuras dissemelhantes que apresentavam uma sinuosidade peculiar, porque os rios davam disposição aos lotes. (Fig. 20).

1.2.3 - Aspecto Morfológico do Sistema

Analizando separadamente os padrões que caracterizavam este sistema, foi observado que todos possuíam características próprias que os diferenciavam, mas em linhas gerais obedeciam as mesmas regras fundamentais:

- a) A demarcação obedecia sempre à orientação geral da rede hidrográfica, quer com princípio de organização ou sem ele.
- b) Desuniformidade da área caracterizada pelo aspecto de uma rede cujas malhas eram constituidas pelos lotes coloniais de forma muito irregular.
- c) Abundância de estrada que se localizavam sempre nos divisores d'água.

2. - Áreas com demarcação desconhecida de lotes.

2.1 - Características:

Estas áreas corresponderam em grande parte às áreas das colônias particulares e, em pequena percentagem, às áreas das colônias oficiais. Foram incluídas todas as terras com limites demarcados, que, na documentação cartográfica antiga, constava com as seguintes denominações: nome da colônia ou das linhas, colônia particular, nome do polígono. Nestas áreas, para definir padrões, somente foi levado em conta a forma geral da área colonizada, porque o tamanho do lote não existia. Poderia ter sido considerado o mesmo padrão das áreas vizinhas, uma vez que as entidades particulares sempre seguiriam o mesmo tipo de demarcação das colônias oficiais, talvez não tão rigorosamente, mas foram considerados novos padrões para dar mais originalidade e exatidão ao trabalho, uma vez que nesta fase, os documentos utilizados foram mapas antigos.

2.2 - Definição de padrões:

Foram definidos os seguintes padrões:

2.2.1 - Padrão Encantado

Foram incluídas terras limitadas por linhas das quais tinha-se certeza que eram colônias, uma vez que havia denominação comprobatória.

A forma das colônias apresentava-se sob os seguintes aspectos:

- a) somente limite da área colonizada com denominação própria ou denominação de colônias particulares sem divisão de lotes.

b) grandes retângulos com ou sem denominações das linhas coloniais e secções, sem divisão de lotes.

c) demarcação de polígonos.

O aspecto morfológico era o mais diverso possível: grandes áreas de formas diversas, tendo a lhes definir somente as linhas limítrofes. (Fig. 22).

2.2 - Padrão Campo Novo

Foram incluídas todas as terras com limites demarcados, que, por suas características e vizinhança, levavam a crer terem sido áreas colonizadas. Nos mapas antigos constavam com as seguintes denominações: posses (9) com ou sem nome, sucessões (10), campos, glebas (11), títulos (12). Com nomes, autos numerados (13), terras em litígio, nome de herdeiros, terras devolutas (14), terras dependentes de discriminação, terras com nomes de pessoas, terras em domínio do Estado, terras legitimadas (15), terras a demarcar.

O aspecto que apresentava era de formas irregulares e muito diversas. (Fig. 24).

(9) Pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade, na ausência de providências administrativas sobre a sorte do colono livre e vitoriosamente, firmada pela ocupação. (Cirne Lima, Ruy "Pequena História Territorial do Brasil". Sulina, Porto Alegre - 1954).

(10) Terras em condomínio, pertencentes aos herdeiros ou sucessores de uma pessoa, por transmissão de direitos. Transmissão de patrimônio aos legatários. (Farrapo, Israel CEMAPA, Informação verbal, 1974).

(11) Designação genérica de um pedaço, uma fração ou uma porção qualquer de terras (Farrapo, Israel - CEMAPA, Informação verbal, 1974).

(12) Documento fornecido pelo Estado transferido a propriedade; equivalente a uma escritura (terra legitimada ou adquirida por concessão até mesmo vendida pelo Estado. (Farrapo, Israel - CEMAPA, Informação verbal, 1974).

(13) Narração escrita e autenticada de qualquer ato. Conjunto ordenado das peças de um processo. É um processo de legitimação de terras pelas leis antigas de 1850 a 1899. (Farrapo Machado, Israel - CEMAPA, Informação verbal, 1974).

(14) As terras que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias ou outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso, por falta de cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura; as que não se acharem dadas por sesmarias ou outras concessões do governo que apesar de incursas em comisso, forem revalidadas pela Lei; as que não se acharem ocupadas por posses, que apesar de não se fundarem em título legal, forem legitimadas pela Lei; as que não se encontrarem aplicadas a algum público nacional, provincial ou municipal. (Cirne Lima, Ruy, "Pequena História Territorial do Brasil". Sulina, Porto Alegre, 1954).

(15) É a posse já reconhecida, terras já reconhecidas. (Farrapo, Israel - CEMAPA, Informação verbal, 1974).

O quadro nº 3 apresenta um resumo da 1a. etapa do trabalho.

2a. Etapa: Colonização recente

Esta área denominada área de expansão da colonização (figs. 26 e 27) nada mais foi do que um alargamento da colonização inicial seguindo os mesmos padrões da colonização antiga, porém não tão típicos e em áreas próximas.

O mapeamento foi realizado através de fotografias aéreas na escala de 1:60 000 que recobriam todas as áreas colonizadas, dando uma visão de conjunto, generalizando muito as informações e auxiliando a sistematização.

As dificuldades encontradas para este mapeamento foram de duas ordens: a 1a. referiu-se ao fator escala que não permitiu um detalhamento maior, não sendo possível marcar os limites das propriedades rurais e a 2a. referiu-se ao relevo, que, quando acidentado, mascarava os padrões de colonização. Mas estas dificuldades foram sanadas, porque as linhas mestras de demarcação eram bem visíveis assim como a disposição dos lotes, dando muita segurança ao mapeamento.

Nesta etapa não foi necessário definir outros padrões, porque em linhas gerais eram os mesmos das áreas de colonização antiga, porém, não tão típicos. Padrão Caxias (Fig. 3, 5 e 7), Padrão Santa Cruz (Fig. 9), Padrão Ijuí (Fig. 11), Padrão Alto Uruguai (Fig. 15, 17 e 19), Padrão Torres (Fig. 21), Padrão Encantado (Fig. 23), Padrão Campo Novo (Fig. 25).

CONCLUSÕES

Este trabalho permitiu chegar-se a duas grandes conclusões:

1. - O processo de colonização foi o fator essencial do povoamento em áreas, originalmente, de matas no Estado.

1.1 - A ocupação das áreas de mata iniciou-se a partir da fundação da colônia de São Leopoldo de onde foi se irradiando, acompanhando a margem esquerda do Jacuí e estendendo-se por toda a Encosta Inferior do Nordeste. Mais tarde, ampliou-se esta área de ocupação com a criação de novos núcleos coloniais que foram se multiplicando e se espalhando por toda a região da Encosta Superior do Nordeste; expandindo-se mais tarde para o planalto e, finalmente, tomando conta de toda mata do Alto Uruguai.

1.2 - A concessão de terras fazendo com que o colono se tornasse um pequeno proprietário rural, foi o sistema de ocupação vigente.

Os núcleos criados nestas terras foram se desenvolvendo como decorrência natural do próprio crescimento populacional.

2. - O processo de colonização apresentou características próprias em toda região colonial do Estado, marcando de modo inconfundível, sua paisagem regional.

2.1 - O processo de colonização teve participação ativa na estruturação do espaço agrário definindo uma estrutura fundiária bem característica: o minifúndio com base no lote colonial. As áreas de colônia eram de domínio quase absoluto do pequeno estabelecimento com área média inferior a 25 ha, ocasionados pelo próprio sistema de concessão de terras vigente na época; com a evolução da ocupação e o crescimento demográfico processou-se nos lotes primitivos, uma subdivisão, geralmente, por herança, o que veio acentuar ainda mais o predomínio da pequena propriedade.

2.2 - O processo de colonização deu origem a um povoamento linear, disperso mas organizado, caracterizando de modo inconfundível o habitat rural pela disposição original da malha fundiária.

As áreas iniciais de colonização tinham como eixo uma picada aberta na floresta, ao longo da qual as casas alinhavam-se, paralelamente de um lado e de outro, na testada dos lotes.

Assim, na zona das chamadas "colônias velhas" (Encostas Inferior e Superior do Nordeste), onde o sistema demarcatório era feito através de linhas previamente traçadas, e também picadas, este povoamento linear era muito organizado e retilíneo, primando em certas áreas por uma horizontalidade e verticalidade muito evidente.

Nas zonas das chamadas "colônias novas" (Alto Uruguai) onde o sistema de demarcação obedecia à direção geral dos cursos d'água e afluentes este povoamento não foi tão característico, mas deixava entrever uma certa organização. A área colonizada apresenta um aspecto desuniforme, à primeira vista quase anárquico devido à grande irregularidade na disposição dos lotes, principalmente, quando o relevo se tornava muito acidentado, próximo aos rios importantes que entalhavam o planalto.

2.3 - As propriedades coloniais apresentavam, de modo geral, uma mesma disposição, tendo suas frentes voltadas para o rio ou para a estrada, estendendo-se pelas vertentes até o alto dos divisores.

2.4 - O processo de colonização proporcionou um número muito grande de estradas originárias das antigas picadas, porque estas eram necessárias ao meio de locomoção de que o colono se utilizava. As próprias linhas demarcatórias se transformavam em estradas.

2.5 - O processo de colonização influiu no regime de exploração agrícola, de tal forma que, onde os lotes foram traçados a partir de uma linha arbitrária, ocasionou uma agricultura onde o processo de modernização técnica custou a se instalar. Já, no entanto, nas áreas onde o sistema de demarcação obedeceu à direção geral dos cursos d'água e afluentes, a agricultura era praticada de forma bem mais racional.

Quadro 1

ASPECTO HISTÓRICO					ASPECTO METODOLÓGICO			
UNIDADE DE COLONIZAÇÃO	REGIÃO	COLÔNIA	ANO DE FUNDAÇÃO	PERÍODO HISTÓRICO	ASPECTO FISIONÔMICO		SISTEMA DE DEMARCAÇÃO	
					LOTE			
					TAMANHO	FORMA		
NÚCLEOS PIONEIROS	ENCOSTA INFERIOR DO NORDESTE	SÃO LEOPOLDO	1 824	DEPOIS DA INDEPÊNDENCIA	+ 25 ha.	RETANGULAR	LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS E PICADAS	
		SANTA CRUZ	1 849					
		SANTO ÂNGELO	1 857					
	ENCOSTA SUPERIOR DO NORDESTE	NOVA PETRÓPOLIS	1 858					
		CAXIAS	1 875	CIA	25 ha.	RETANGULAR	LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS E PICADAS	
		DONA ISABEL						
	PLANALTO	CONDE D'EU		DEPOIS DA REPÚBLICA	+ 25 ha.	RETANGULAR	LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS E PICADAS	
		GUAPORÉ						
		IJUÍ	1890					
PONTÕES DE DESBRAVAMENTO	ALTO URUGUAI	EREXIM	1 908	REPÚBLICA	+ 25 ha. 25 ha. - 25 ha.	RETANGULAR E OUTRAS	LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS E PICADAS RIOS E ESTRADAS	
		SANTA ROSA	1 915					
		GUARITA	1 917					

QUADRO N° 2

MUNICÍPIO	NOME DA COLÔNIA	FUNDAÇÃO		ÁREA (Ha.)
		ANO	AGENTE COLONIZADOR	
Antonio Prado	Antonio Prado	1 889	União	39 325
Bento Gonçalves	D. Izabel	1 875	União	76 400
Caçapava	Santa Barbara	1 907	Particular	561
Cachoeira do Sul	S. Miguel	1 899	Particular	13 957
	D. Francisca	União	32 710
	Santo Angelo	1 857	União	67 780
	Botucaraí	União	32 619
Camaquã ex-S.João de Camaquã	Santa Auta	1 906	Particular	16 000
	S. Braz	1 909	Estado	8 830
	Bandeirinha	1 918	Particular	500
	Bonito	1 915	Particular	1 000
Cangussú	Sanga Funda	1 890	Particular	2 400
	Maciel (8a. Secção)	1 902	Estado	1 400
	Favila	1 896	Particular	1 900
	Souzas	1 908	Particular	500
	S. Manoel (parte)	1 913	Particular	400
	Herval	1 908	Particular	1 500
	Gonçalves	1 906	Particular	500
Caxias	Solidez	1 913	Particular	1 300
	Caxias	1 875	União	121 000
	São Marcos	1 885	União	28 400
Cruz Alta	Visconde Rio Branco	1 898	Particular	6 988
	Santa Clara	1 896	Particular	6 000
	General Osório	1 898	Particular	14 735
	Neu-Wütemberg (parte)	1 899	Particular	10 146
	Emilio Calo	1 916	Particular	6 000
	15 de Novembro	1 916	Particular	7 680
	Pulador	1 918	Particular	1 970
Encantado	Encantado	1 892	Estado	
	Anta Gorda	1 910	Estado	123 900
	Itapuca	1 914	Estado	
Encruzilhada	S. Feliciano	1 890	União	12 223
Erexim	Erexim	1 908	Estado	258 451
	Barro	1 915	Particular	16 250
	Dourado	1 918	Particular	
	Rio Novo	1 919	Particular	28 228
	Quatro Irmãos	1 911	Particular	7 000
Estrela	Estrela	1 856	Particular	18 160
	Pinheiro Machado	1 858	Particular	10 600
	Roca Sales	1 881	Particular	21 800
	Corvo	1 851	Particular	10 800
	Boa Vista	1 858	Particular	18 450
Garibaldi	Conde d'Eu	1 874	União	51 250

MUNICÍPIO	NOME DA COLÔNIA	FUNDAÇÃO		ÁREA (Ha.)
		ANO	AGENTE COLONIZADOR	
General Câmara ex Santo Amaro	Volta do Freitas	1 910	Particular	1 250
	Macegal	1 911	Particular	800
	Potreiro	1 912	Particular	1 440
	Rincão dos Mellos	1 899	Particular	1 200
Guaporé	Guaporé	1 822	Estado	100 475
	Dörken & Cia.	1 899	Particular	10 679
	Bastian & Cia.	1 906	Particular	6 383
	Deodrópolis	1 908	Particular	6 128
	Ed. Palassim	1 911	Particular	2 324
Ijuí	Ijuí	1 890	União	128 000
Jaguari	Jaguari	1 889	União	74 000
Júlio de Cas- tilhos	S. Xavier	1 889	União	12 000
	Toropi	1 890	União	9 200
	Linha 7	União	4 700
	Nova Palma	União	4 700
	Núcleo Norte	União	4 700
Lagoa Vermelha	Chimarrão	1 897	Encantado	15 000
	Araçá	1 901	Particular	25 000
	S. Ricardo	1 904	Particular	2 180
	Cacique Doble	1 901	Particular	4 570
	Sananduva	1 902	Particular	47 700
	Forquilha	1 918	Estado	68 811
	São José	Particular	5 500
Lajeado	Forqueta	1 909	Particular	5 400
	S. Inácio	1 852	Particular	126 000
	Santa Clara	1 853	Particular	
	Fão	1 900	Particular	
	Arroio do Meio	1 853	Particular	
	S. Francisco	1 912	Particular	
	Medorema	1 915	Particular	
Montenegro ex São João de Montenegro	S. Maria da Soledade	1 855	União	17 424
	José Inácio Teixeira	Particular
	Sesmaria D. Joana	Particular
	Apolinário Moraes	Particular
	Brochier	Particular	101 200
	Bastos	Particular
	Sesmaria Machado	Particular
	Data dos Mouras	Particular
	Winter	Particular
Osório ex Conceição do Arroio	Marquês do Herval	1 891	União	7 200
	Três Forquilhas	1 826	União	5 000
	Sinimbá	1 886	Particular	4 000
	Borrússia	1 890	Particular	4 000
Palmeira das Missões	Tesouras	1 915	Particular	3 700
	Xingu	1 897	Particular	2 087
	Neu-Würtenberg (par- te)	1 910	Particular	3 744
	Alto Uruguai	1 879	União	2 000
	Guarita	1 917	Estado	41 356

MUNICÍPIO	NOME DA COLÔNIA	FUNDAÇÃO		ÁREA (Ha.)
		ANO	AGENTE COLONIZADOR	
Passo Fundo	Boa Esperança	1 909	Particular	9 900
	Barra Colorado	1 910	Particular	4 880
	Arroio Cotovelo	1 914	Particular	1 690
	Saldanha Marinho	1 899	Particular	2 791
	Gerisa	1 904	Particular	2 450
	Coronel Selbach	1 909	Particular	2 370
	Alto Jacuí	1 897	Particular	32 960
	Saldanha Marinho	1 899	Particular	2 800
	Ernestina	1 900	Particular	3 600
	7 de Setembro	1 911	Particular	1 470
	D. Júlia	1 912	Particular	2 000
	Tamandaré	1 915	Particular	9 160
	Marau	1 912	Estado	28 500
	Weidlich	1 913	Particular	4 800
	Sarandi	1 918	Particular	24 900
Pelotas	Maciel	1 885	Estado	357
	Municipal	1 882	Município	2 497
	Diversos pequenos núcleos	Particular	43 700
Porto Alegre	Mariana Pimentel	1 888	União	10 857
	Vilanova	1 894	Particular	1 000
	Sertão Sant'Anna	1 893	Particular	3 150
	Inácio Alves	1 896	Particular	1 000
	Demarchi	1 910	Particular	700
Santa Cruz	Santa Cruz	1 849	Estado	
	Rio Pardense	1 860	Particular	
	Monte Alverne	1 860	Estado	198 000
Santa Maria	Nova Santa Cruz	1 884	Particular	16 000
	Cerro Branco	1 886	Particular	14 800
	Cerro Alegre	1 877	Particular	5 000
	Silveira Martins	União	16 000
	Canabarro	1 877	Particular	15 500
	Pau-a-pique	1 895	Particular	300
	Filipson	1 904	Particular	5 760
	Conceição	1 900	Particular	2 500
	Boca do Monte	1 910	Particular	3 000
	Campinas	1 909	Particular	2 000
Santiago ex. S. Tiago do Boqueirão	Ernesto Alves	1 890	União	46 130
Santo Angelo	Guarani	1 891	União	102 326
	Municipal	1 902	Município	2 750
	Buriti	1 910	Particular	1 600
	Vitória	1 900	Particular	2 750
	Batista	1 912	Estado	6 100
	Pontão do Ijuizinho	1 910	Estado	12 000
	Ijuizinho	1 912	Particular	100 000
	Santa Rosa	1 915	Estado	120 463
Santo Antonio da Patrulha	Vila Nova	1 888	União	12 000
	Entrepelado	1 885	Particular	1 055
	Rolante	1 888	Particular	18 553
	Rio da Ilha	1 886	Particular	5 000

MUNICÍPIO	NOME DA COLÔNIA	FUNDADA		ÁREA (Ha.)
		ANO	AGENTE COLONIZADOR	
São Francisco de Assis	Toroquá	1 892	União	12 600
São Francisco de Paula	Agudo Fazenda Souza Vitalina	Particular Particular Particular	3 750 6 650 4 150
São Jerônimo	Barão do Triunfo	1 888	União	16 960
São Leopoldo	São Leopoldo	1 824	União	126 300
São Lourenço	São Lourenço	1 857	Particular	85 000
São Luiz Gonzaga	Guarani (parte) Cerro Azul Pirapó Municipal	1 891 1 902 1 902 1 915	União Particular Particular Município	96 339 35 000 7 500 8 900
São Sebastião do Caí	Cai São José do Hortêncio Nova Petrópolis S. Ana do Rio dos Sinos Júlio de Castilhos Santa Rita	1 848 1 827 1 858 1 850 1 846 1 912	Particular União União União União Município	85 400
São Sepé	Nova Feltre 20 de Setembro São João	1 913 1 922 1 915	Particular Particular Particular	500 400 200
São Vicente do Sul	São Vicente	1 889	União	20 000
Soledade	Itapuca Sobradinho São Paulo Diversos núcleos	1 902 1 901 1 808 1 808	Estado Estado Particular Estado	21 552 15 169 15 723 16 522
Taquara	Mundo Novo	1 846	Particular	81 200
Taquari	Diversos núcleos	Particular	20 000
Torres	S. Pedro de Alcântara Três Forquilhas	1 825 1 825	União União	11 625 7 700
Triunfo	Bemfica Piedade Catupi	1 879 1 880 1 900	Particular Particular Particular	3 500 3 000 2 500
Venâncio Aires	Diversos pequenos núcleos	União Particular	22 590 43 470
Veranópolis ex-Alfredo Chaves	Alfredo Chaves	1 885	União	112 650
Diversos Municípios	Diversos pequenos núcleos e colonos disseminados	Particular	50 000
			TOTAL	3 760 000

FONTE: Quadro das Colônias do Estado. Diretoria de Terras e Colonização. Secretaria de Estado dos Negócios das Obras Públicas.

Quadro nº 3

ÁREA COLONIZADA DIVIDIDA EM LINHAS COLONIAIS

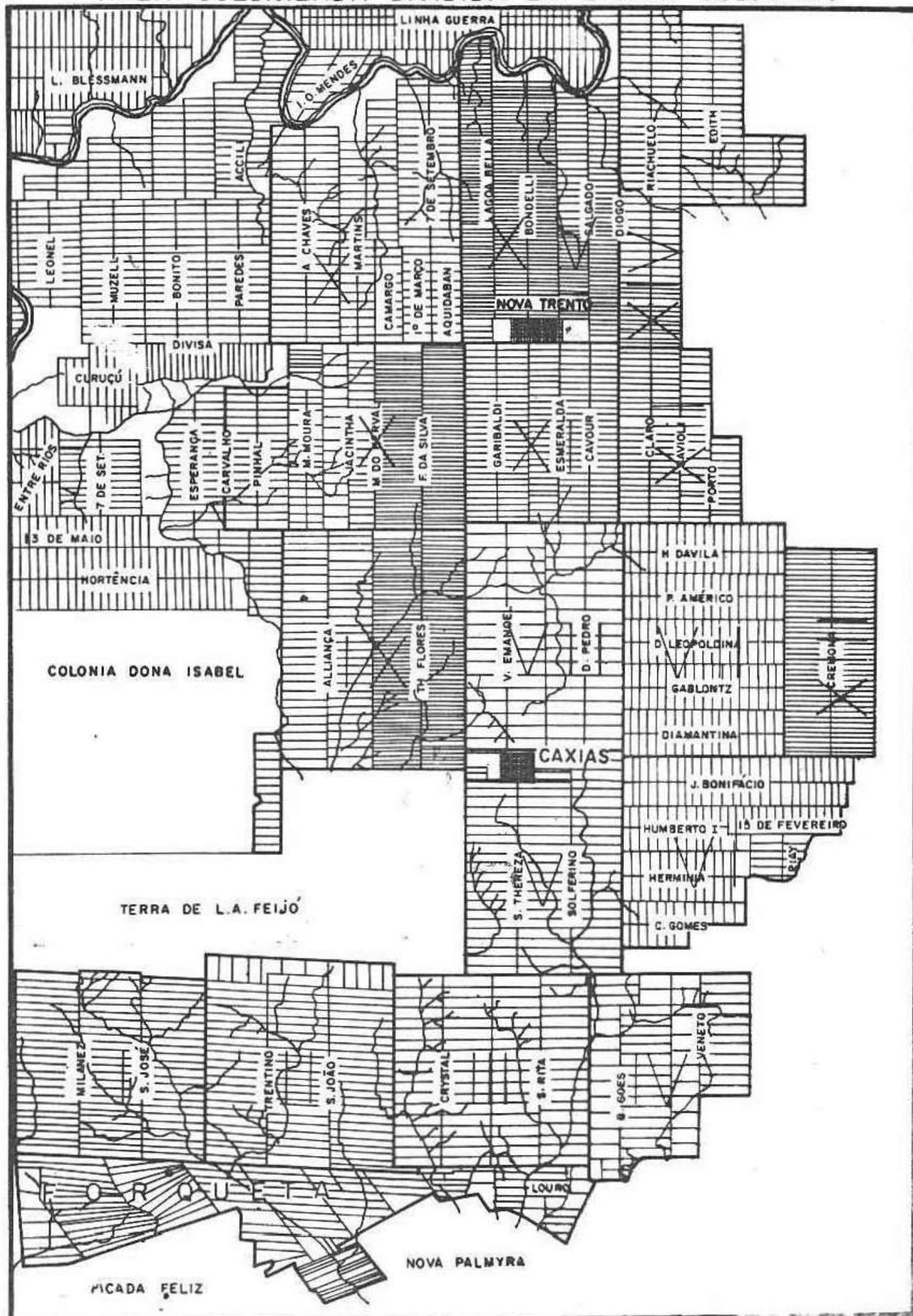


Fig. I - PLANTA GERAL DA EX-COLONIA CAXIAS

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS
— PADRÃO CAXIAS —

1-MESMA DIREÇÃO DA LINHA DEMARCATÓRIA
E IGUAL TAMANHO DE LOTE

0 1Km

escala gráfica

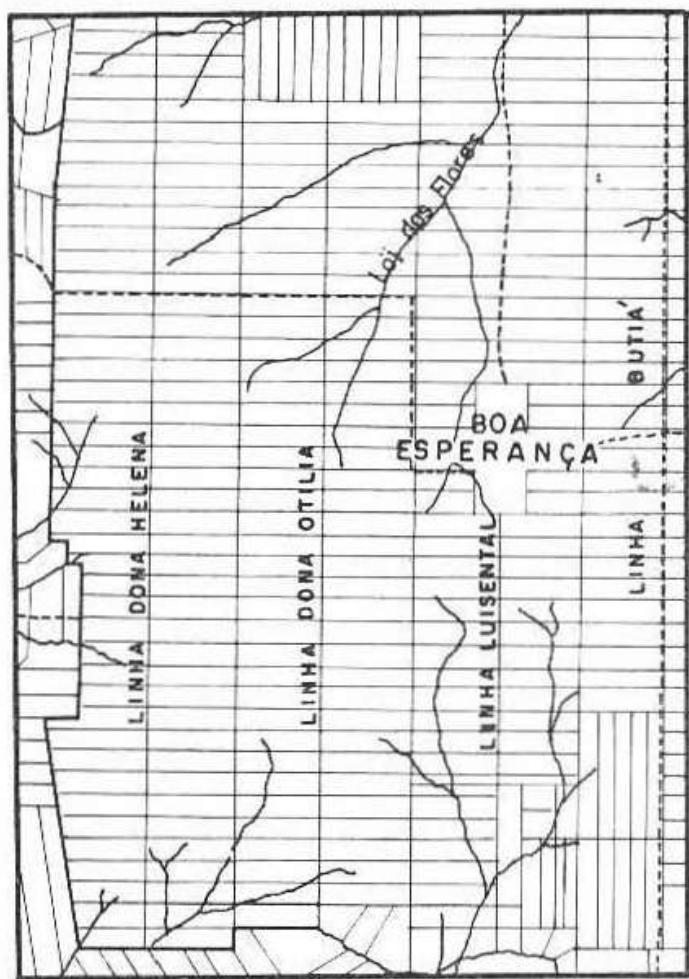


Fig. 2 — MAPA DO MUNICÍPIO DE ROQUE GONZALEZ



Fig. 3 — FOTOGRAFIA AÉREA N° 20 369

CONVENÇÕES



Rios, arroios e lejeados



Estradas



Cominhos vicinais



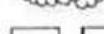
Limite de linha colonial, de polígono, de seção e de posse



Linha divisória de lotes



Orla de mato



Lote colonial



Cidades, povoados e vilas



Escorpos

Convenções relati-

vas as figuras: 1,

2, 4, 6, 8, 10, 12,

13, 14, 16, 18, 20,

22, 24, 26.

NOTA: FOI CONSERVADA A ORTOGRAFIA ORIGINAL

DESENHOS EXECUTADOS POR NARA FERRARO E ISABELA DE OLIVEIRA

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS
— PADRÃO CAXIAS —

2- MESMA DIREÇÃO DA LINHA DEMARCATÓRIA E DIFERENTES TAMANHOS DE LOTES

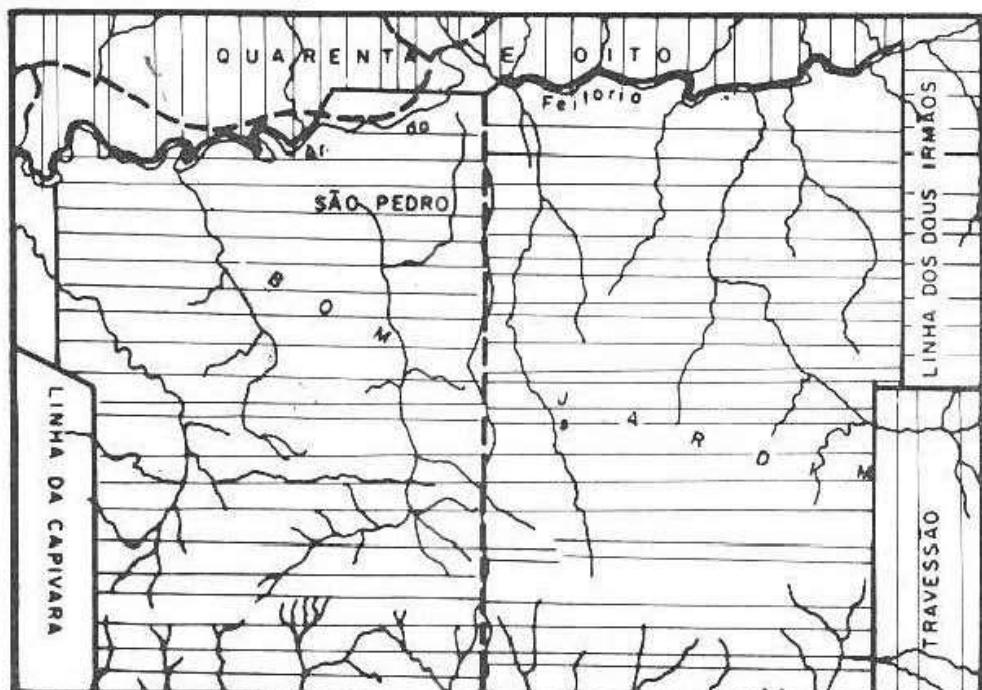


Fig. 4 - PLANTA TOPOGRÁFICA DE UMA PARTE DO MUNICÍPIO DE S. LEOPOLDO

O 1 Km

escala gráfica

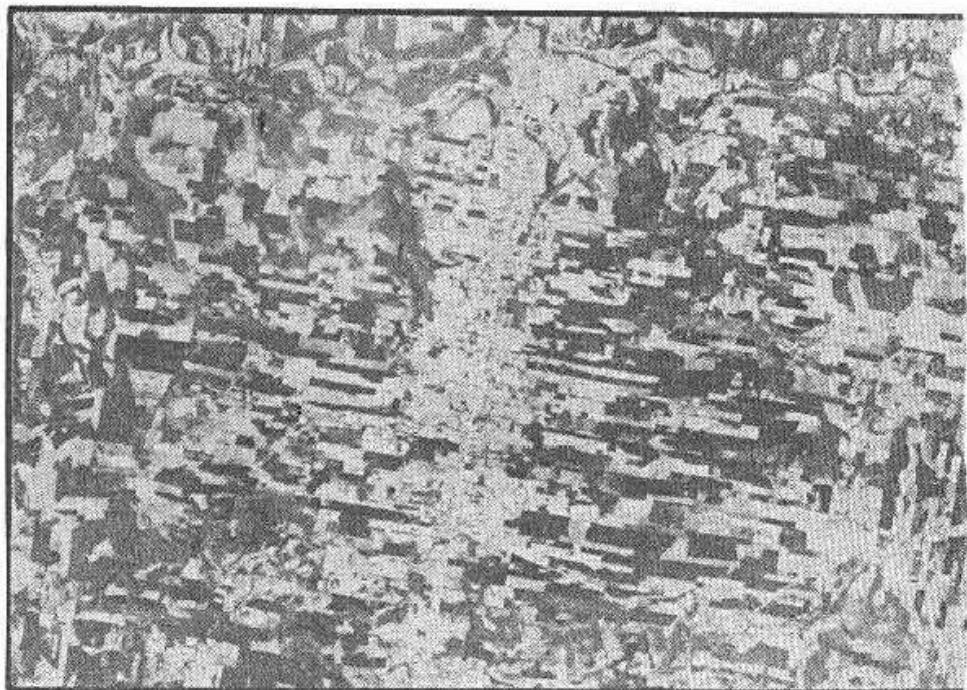


Fig. 5 - FOTOGRAFIA AEREA N° 28898

**ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS**
— PADRÃO CAXIAS —

3-DIREÇÕES DIFERENTES DA LINHA DEMARCATÓRIA E DIFERENTES TAMANHOS DE LOTES

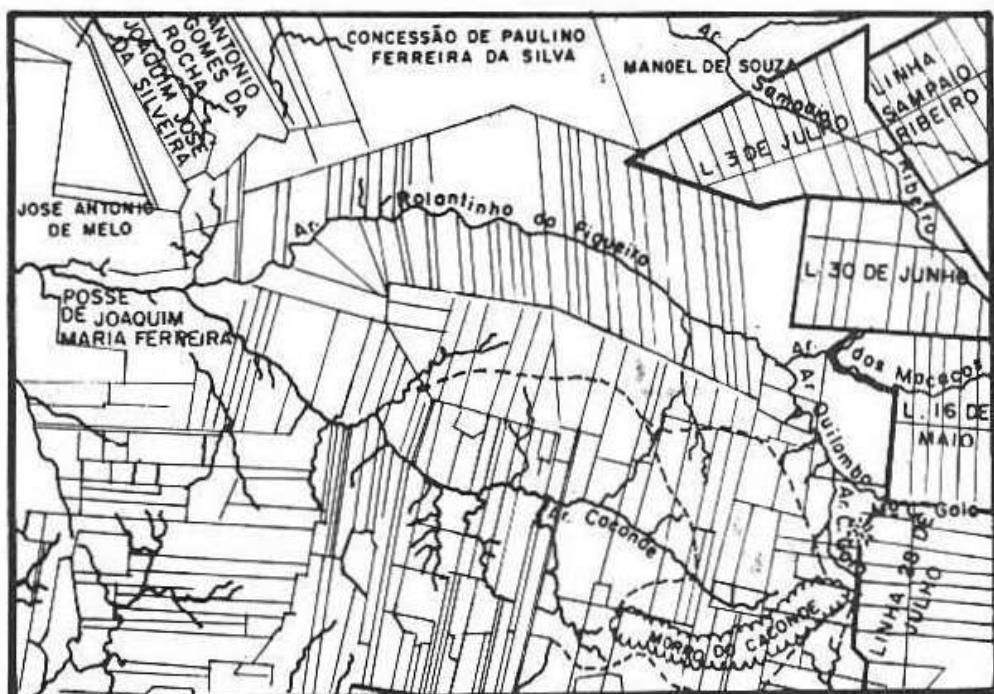


Fig. 6 - MAPA DO MUNICÍPIO DE ROLANTE

0 1Km

escala gráfica

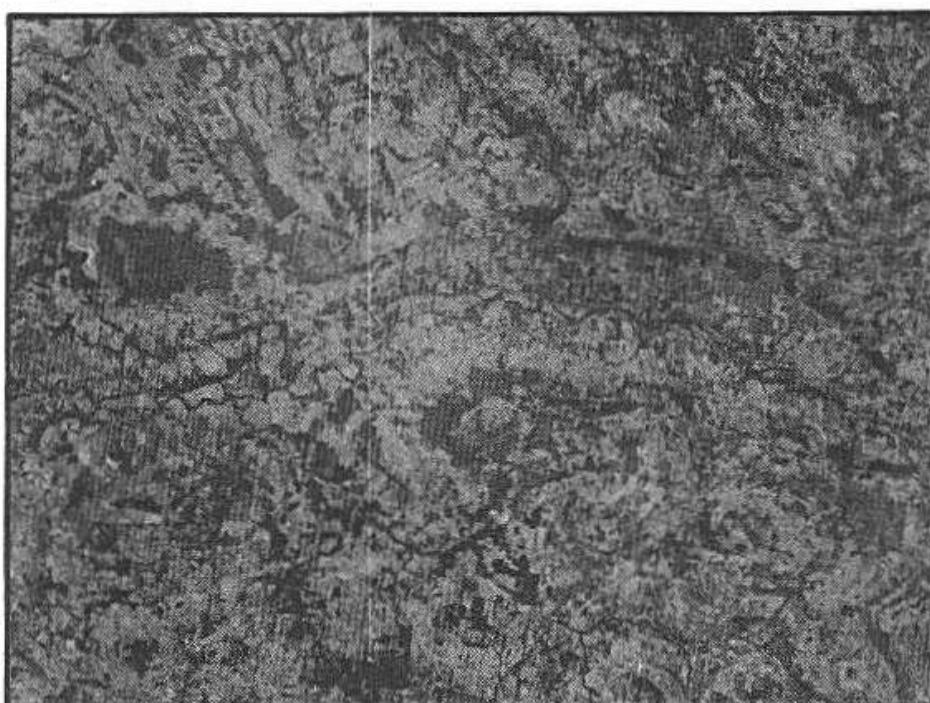


Fig. 7- FOTOGRAFIA AEREA N° 22612

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS
— PADRÃO SANTA CRUZ —

0 1Km

escala gráfica

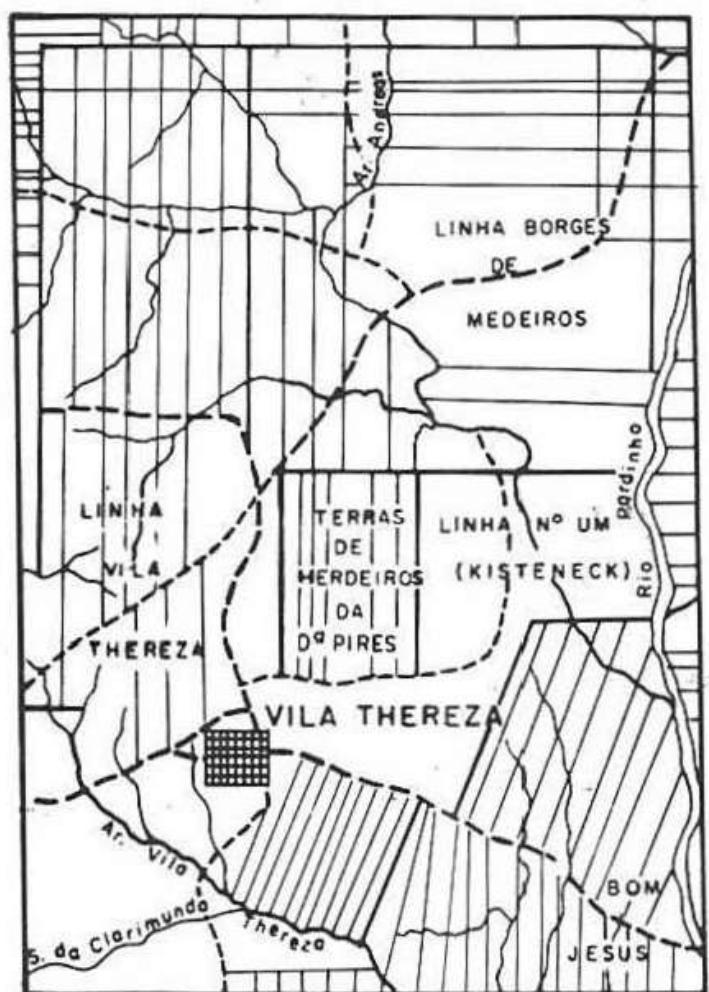


Fig. 8 — MAPA DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ



Fig. 9 — FOTOGRAFIA AÉREA Nº 14898

AÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO LINHAS PREVIAMENTE TRAÇADAS
— PADRÃO IJUÍ —

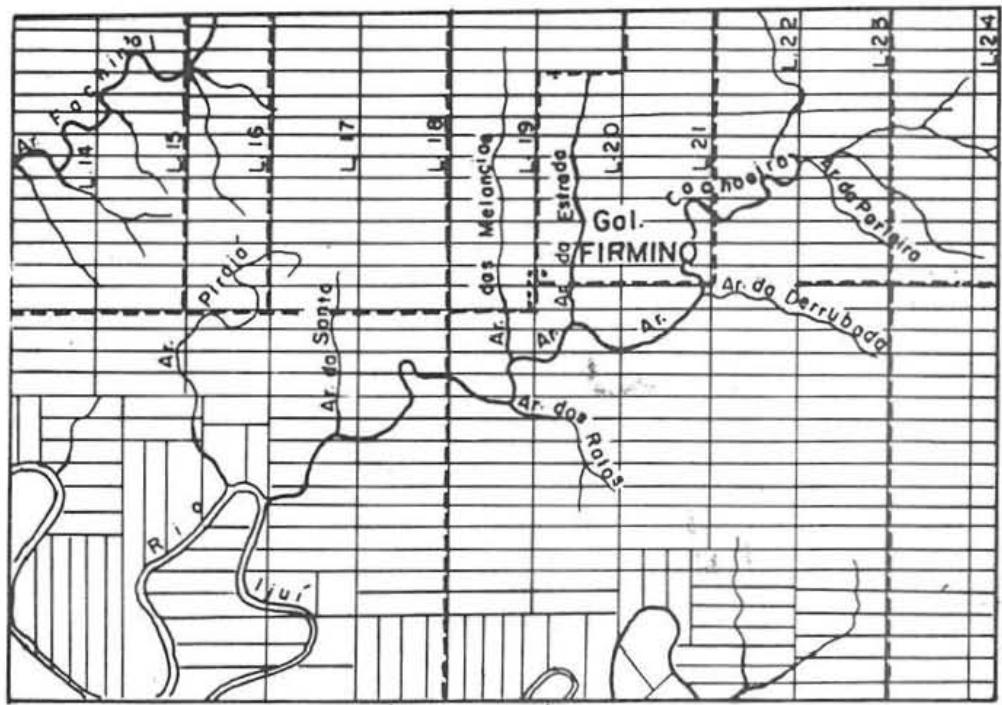


Fig. 10 - PLANTA DO MUNICÍPIO DE IJUÍ

0 1 Km

escala gráfica



Fig. 11 - FOTOGRAFIA AÉREA N° 14076

ÁREA COLONIZADA DIVIDIDA EM SECÇÕES

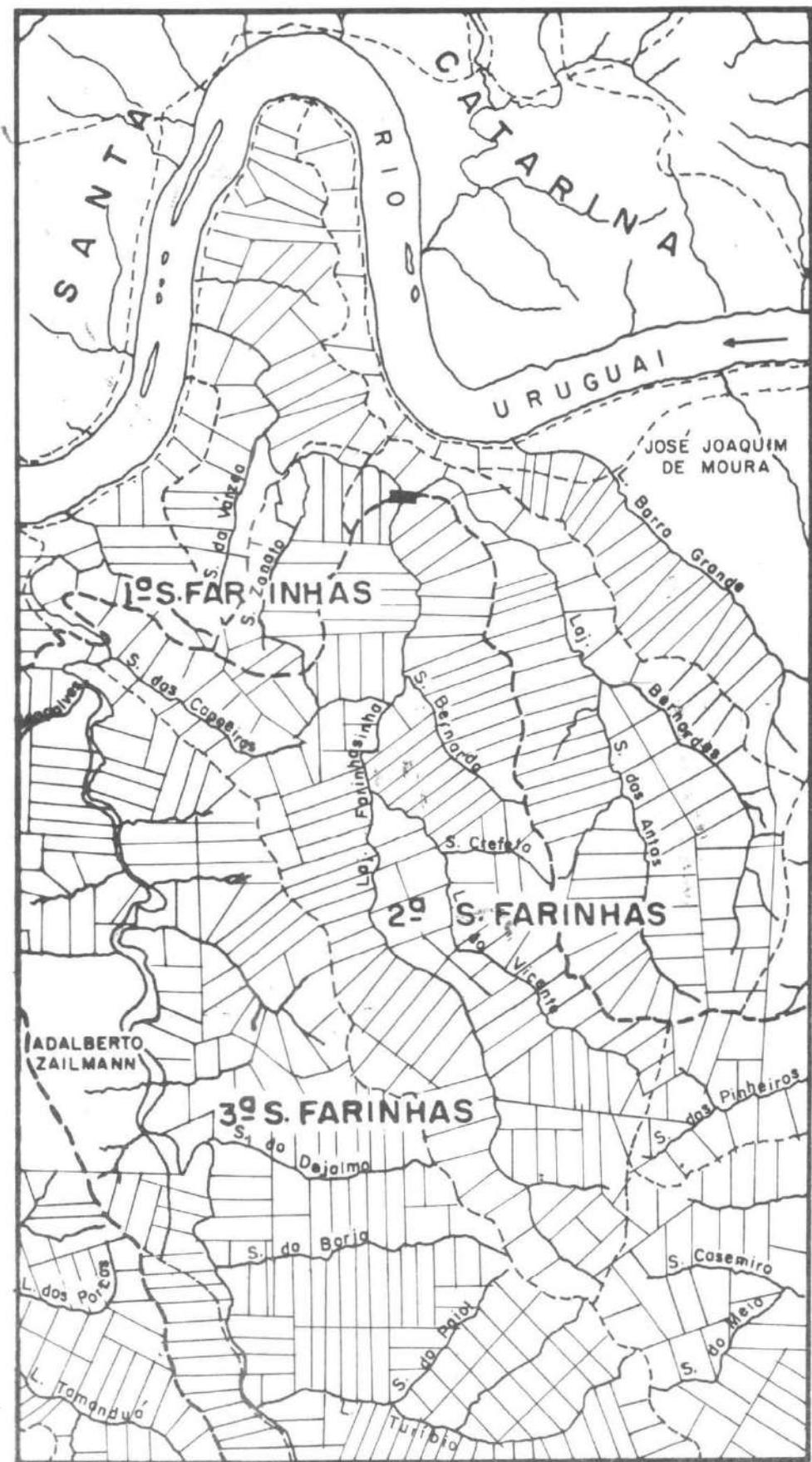


Fig. 12 - PLANTA DO MUNICÍPIO DE IRAÍ E PARTE DE NONOAI

32

ÁREA COLONIZADA DIVIDIDA EM POLÍGONOS

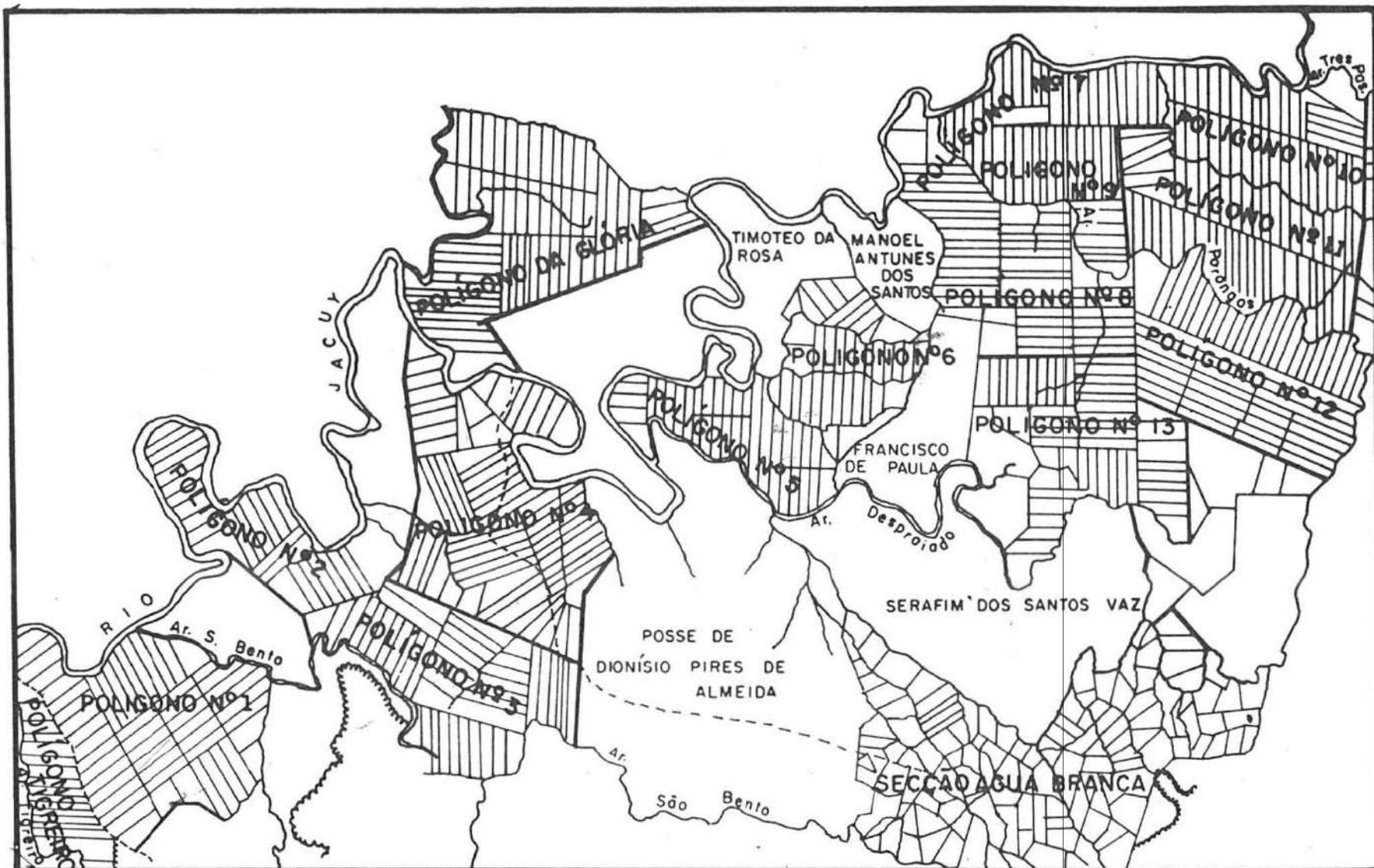


Fig. 13 - PLANTA GERAL DOS TRABALHOS REALIZADOS PELA 9º INSPETORIA DE TERRAS DE SOLEDADE

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO A DIREÇÃO DOS RIOS E ESTRADAS
PADRÃO ALTO URUGUAI

I- PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO, FORMA IRREGULAR DOS
LOTES E MAIOR TAMANHO

0 1Km

escala gráfica

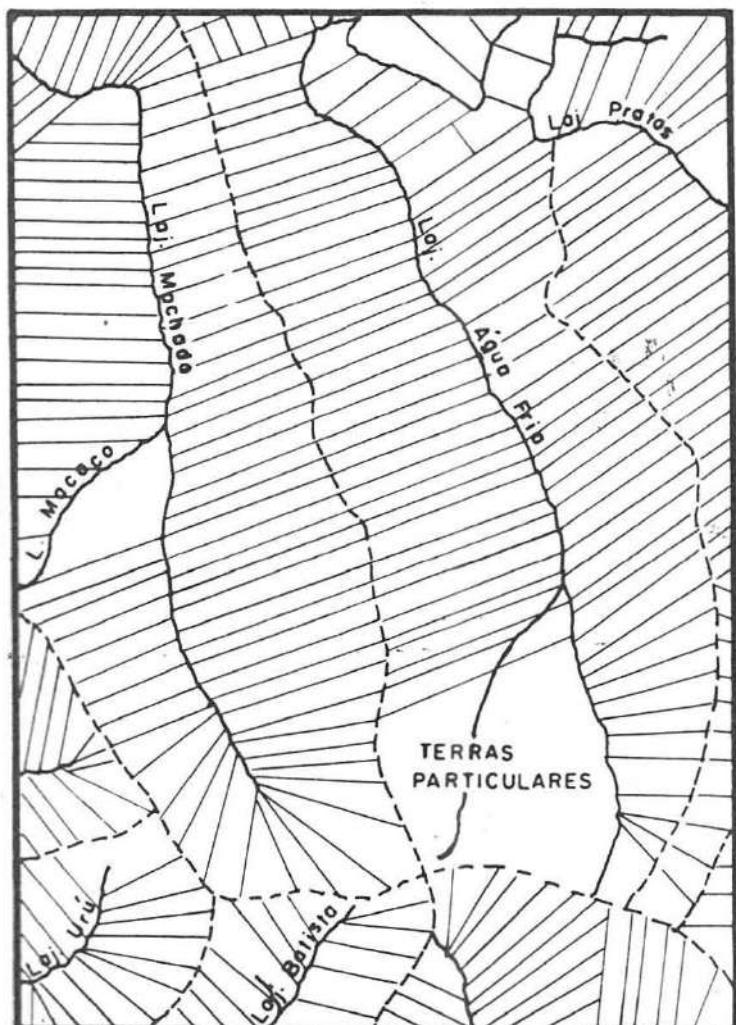


Fig. 14 - PLANTA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

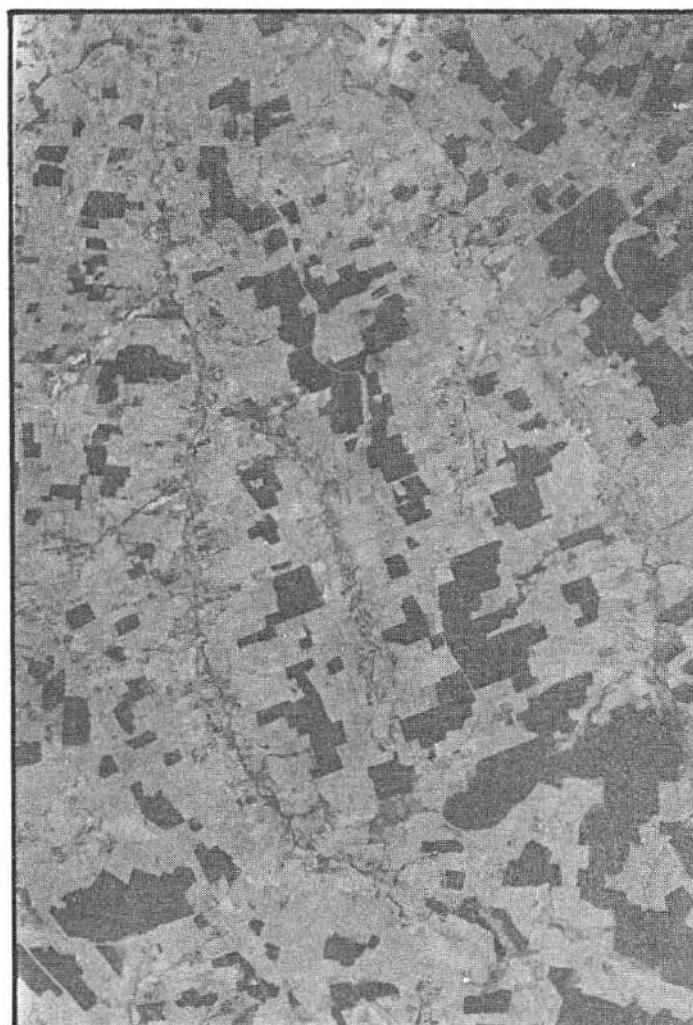


Fig. 15 - FOTOGRAFIA AÉREA Nº 60 992

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO A DIREÇÃO DOS RIOS E ESTRADAS
PADRÃO ALTO URUGUAI

2- SEM PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO, FORMA IRREGULAR DOS
LOTES E DIFERENTES TAMANHOS

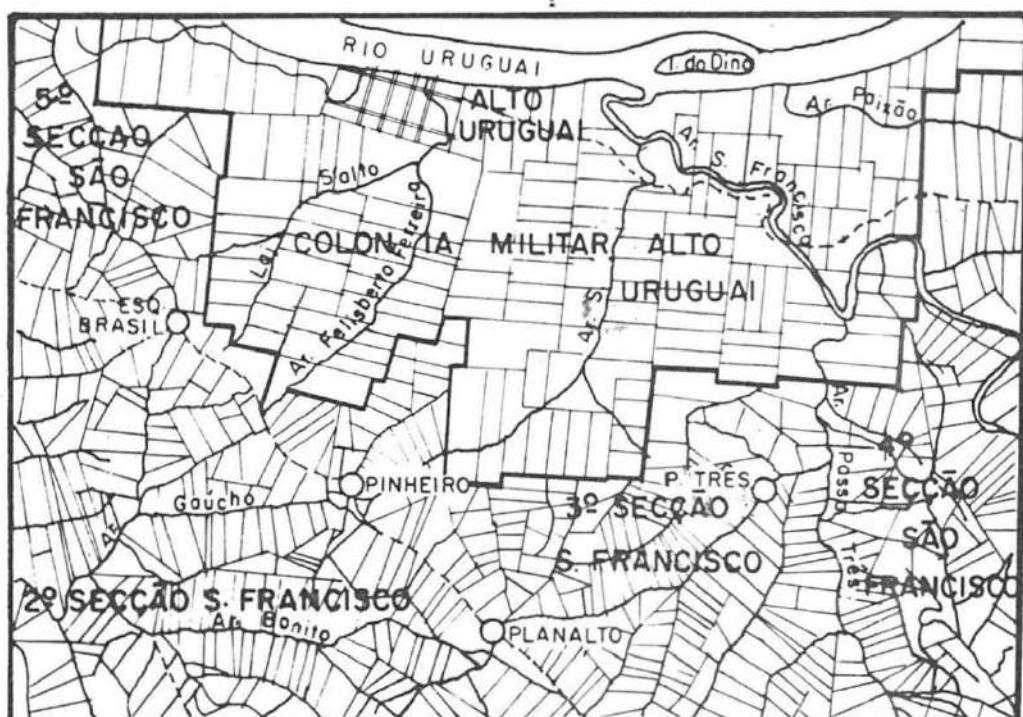


Fig. 16 - MAPA DO MUNICIPIO DE TRES PASSOS

0 1 Km

escala gráfica

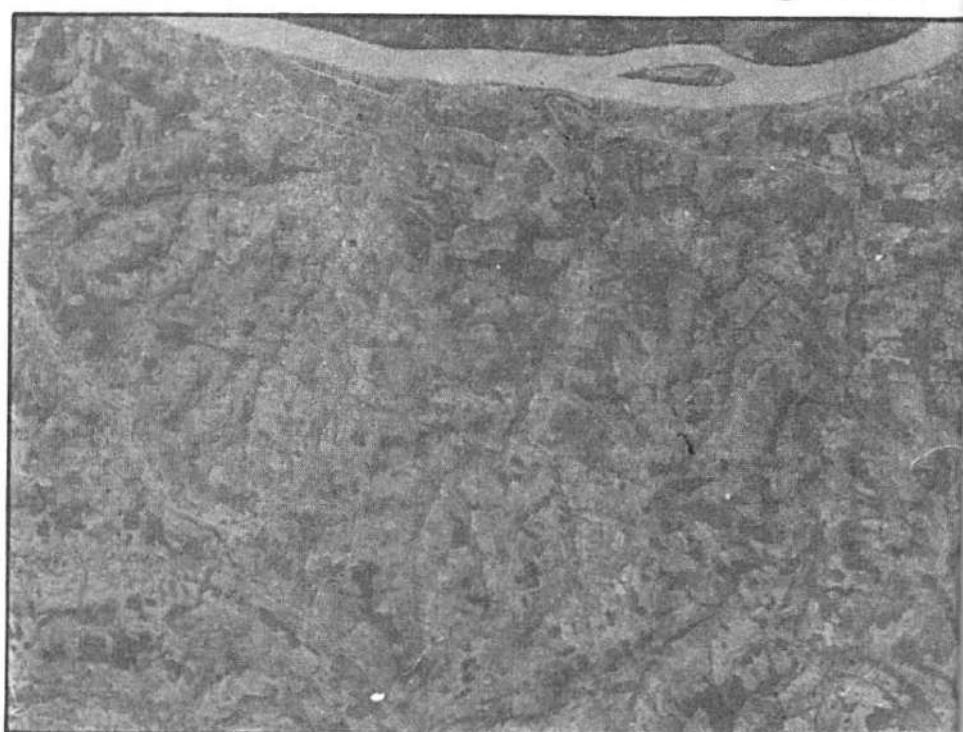


Fig. 17 - FOTOGRAFIA AÉREA N° 58628

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO A DIREÇÃO DOS RIOS E ESTRADAS
PADRÃO ALTO URUGUAI

3— PRINCÍPIO DE ORGANIZAÇÃO, FORMA IRREGULAR DOS
LOTES E DIFERENTES TAMANHOS

0 1Km

escala gráfica

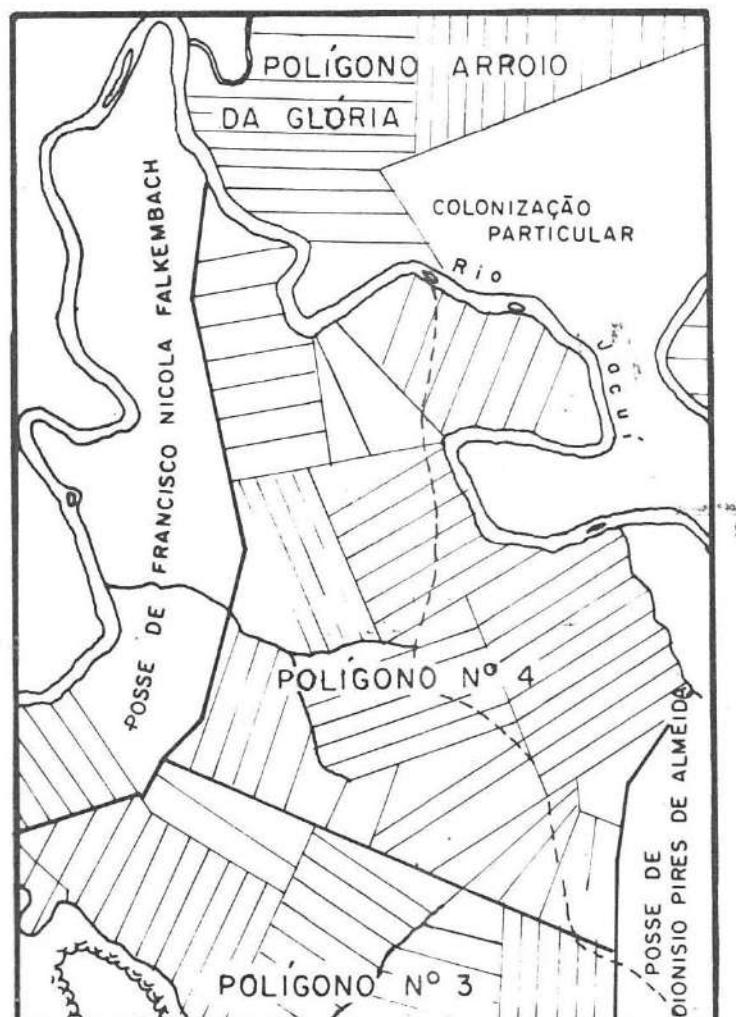


Fig. 18—PLANTA DA ZONA NORTE DO MUNICÍPIO DE SOLEDADE



Fig. 19—FOTOGRAFIA AÉREA N° 18017

ÁREA DE COLONIZAÇÃO COM DEMARCAÇÃO DE LOTES
SEGUINDO A DIREÇÃO DOS RIOS E ESTRADAS
— PADRÃO TORRES —

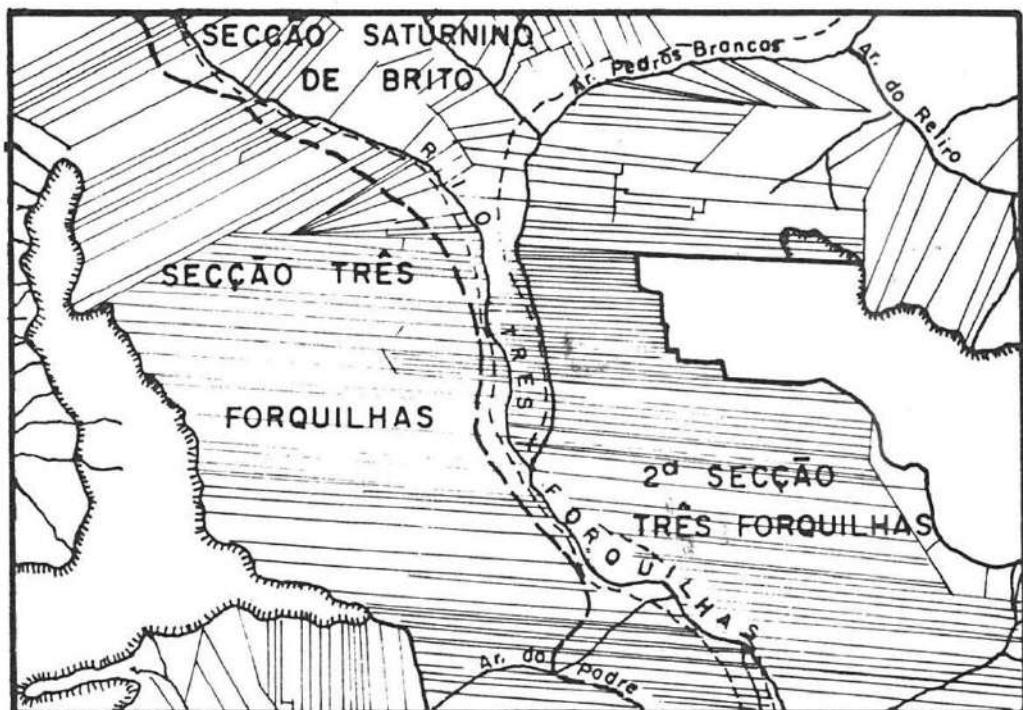


Fig. 20 - PLANTA GERAL DE TORRES

0 1 Km
escala gráfica



Fig. 21 - FOTOGRAFIA AÉREA Nº 22565

ÁREA DE COLONIZAÇÃO SEM DEMARCAÇÃO
CONHECIDA DE LOTES
— PADRÃO ENCANTADO —

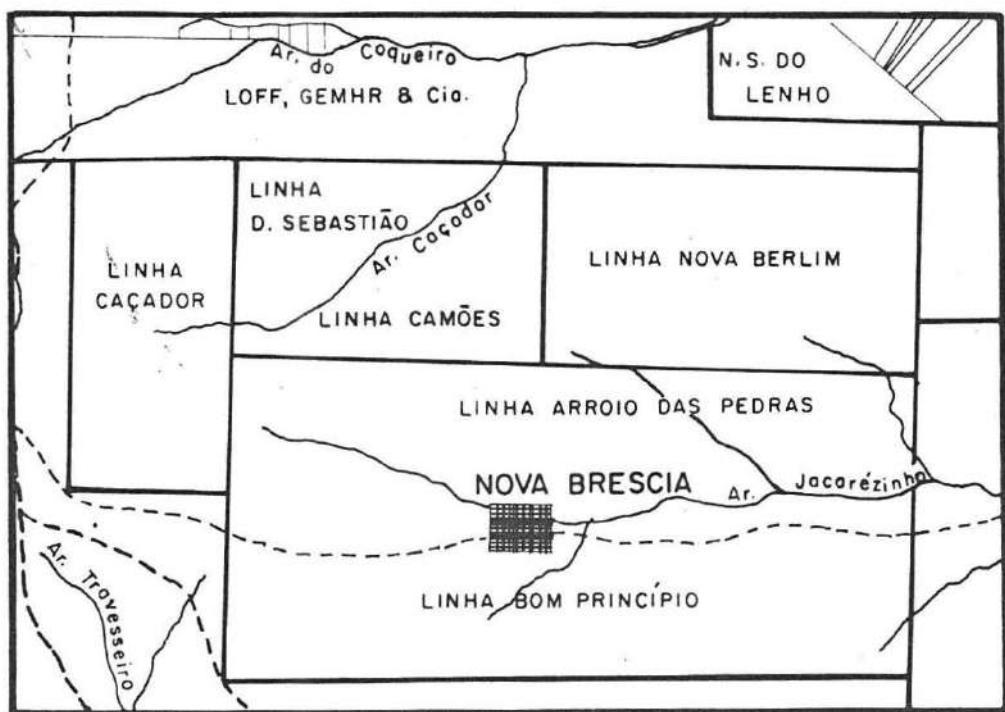


Fig. 22 - PLANTA GERAL DO MUNICÍPIO DE ENCANTADO
Escala 1:50.000

0 1 Km

escala gráfica

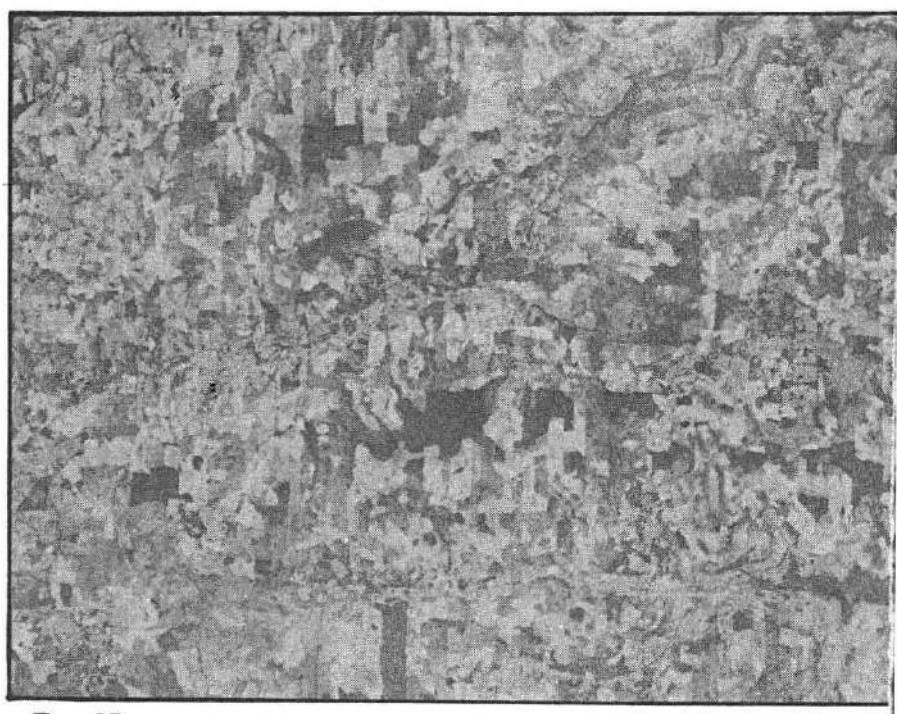


Fig. 23 - FOTOGRAFIA AÉREA Nº 11757

ÁREA DE COLONIZAÇÃO SEM DEMARCAÇÃO
CONHECIDA DE LOTES
— PADRÃO CAMPO NOVO —

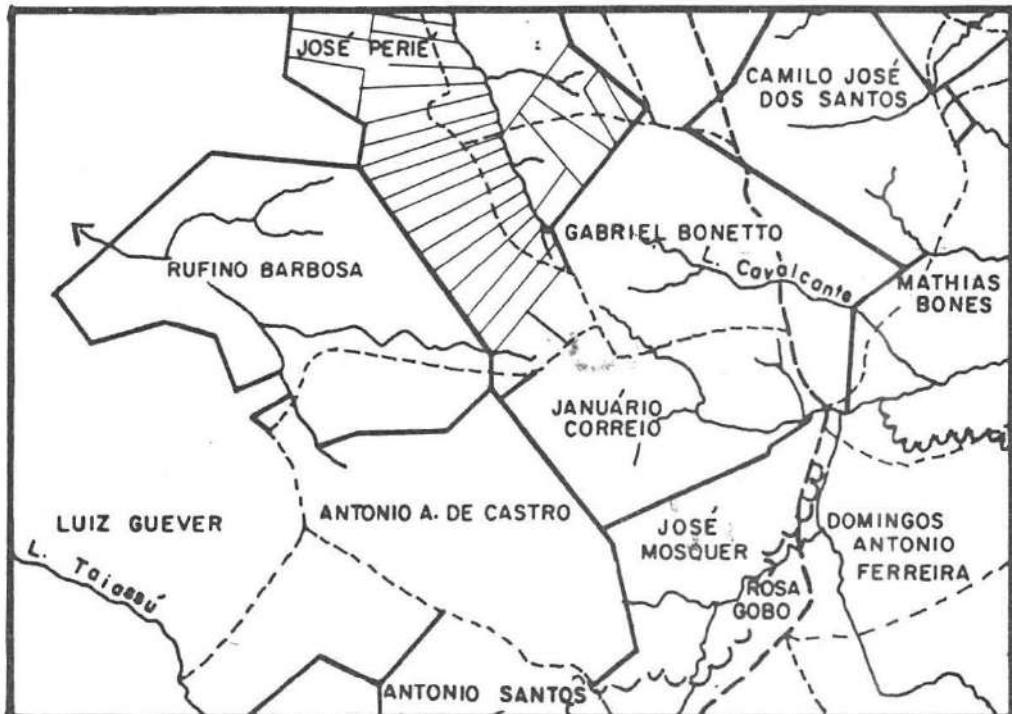


Fig. 24 - CARTA GEOGRÁFICA DE CAMPO NOVO

0 1 Km

escala gráfica

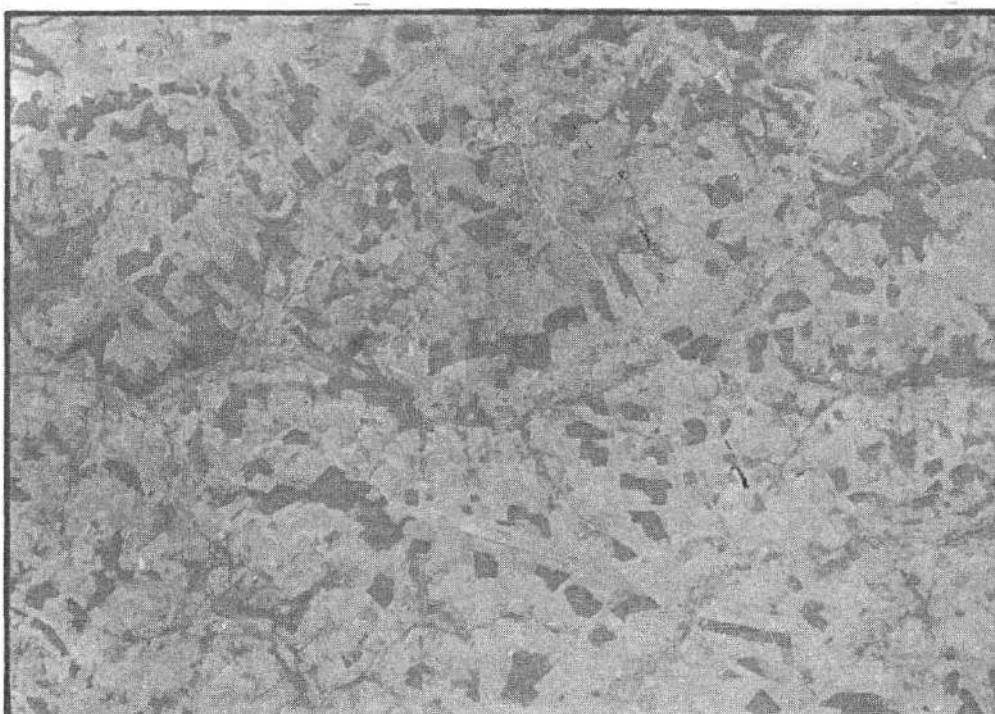


Fig. 25 - FOTOGRAFIA AÉREA Nº 58586

ÁREA DE EXPANSÃO DA COLONIZAÇÃO

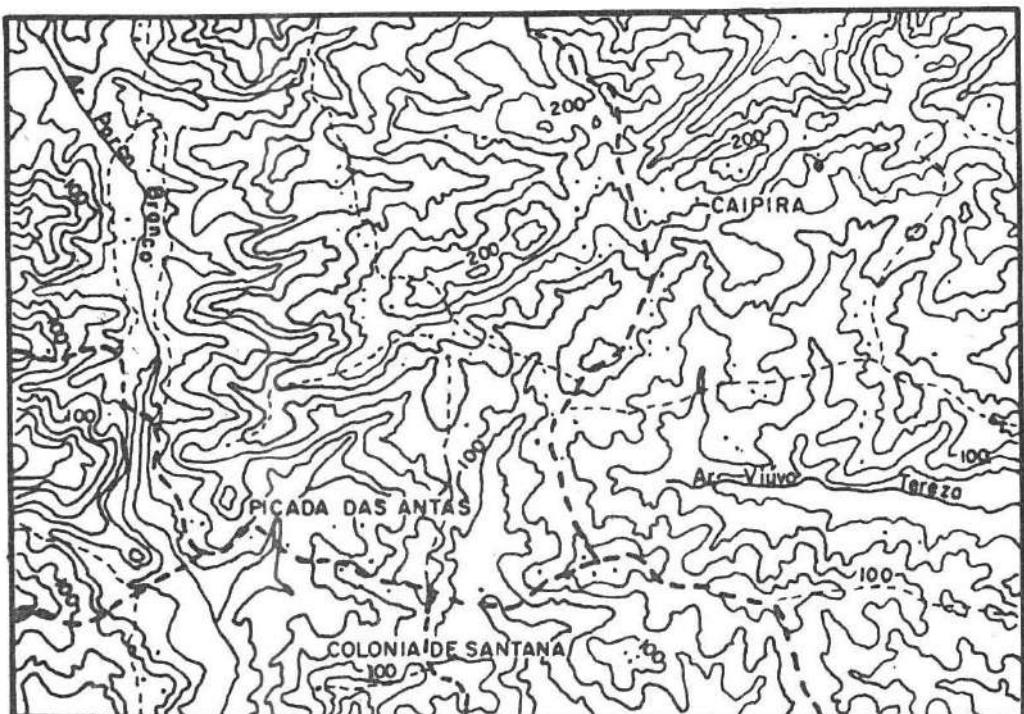


Fig. 26 - CARTA TOPOGRAFICA DO S.G.E - FI. S.H-22-Y-D-1-4-BOQUEIRÃO

0 1Km

escala gráfica



Fig. 27 - FOTOGRAFIA AÉREA N° 21621

ANEXO 1. B I B L I O G R A F I A

- 1 - BERNARDES, NILO - *Bases Geográficas do Povoamento do Estado do Rio Grande do Sul* - In separata do Boletim Geográfico nº 171 - nov/dez de 1962 e 172 de jan/fev de 1963 - IBGE - Conselho Nacional de Geografia - Rio de Janeiro - 1963.
- 2 - _____, _____ - *O Problema do Estudo do Habitat Rural no Brasil* - In Bol. Geográfico nº 176 - Ano XXII - set/out 1963.
- 3 - _____, _____ - *A Colonização Europeia no Sul do Brasil* - In Bol. Geográfico nº 106 - Ano X - jan/fev 1952.
- 4 - JÚNIOR, MANUEL DIEGUES - *Imigração, Urbanização, Industrialização* - Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério de Educação e Cultura - 1964.
- 5 - LIMA, RUY CIRNE - *Pequena História Territorial do Brasil* - Sesmarias e terras devolutas - Ed. Sulina - 1954.
- 6 - MEDEIROS, DA SILVA, B. GOMES et alli - *Dicionário de Geografia* - Editora Globo - 1970.
- 7 - PELANDA, ERNESTO - *A Colonização Germânica no Rio Grande do Sul - 1824-1924* - Porto Alegre - Repartição de Estatística - 1925.
- 8 - _____, _____ - *Aspectos Gerais da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul* - In Álbum Comemorativo 75º aniversário da Colonização Italiana no Rio Grande do Sul - Revista do Globo - Porto Alegre - 1950 - págs. 33-64.
- 9 - ROCHE, JEAN - *La Colonisation Allemande et le Rio Grande do Sul* - Université de Paris - Paris - 1959.
- 10 - RÜDIGER, SELBAT - *Colonização e Propriedade de Terras no Rio Grande do Sul* - Século XVIII - Cadernos do Rio Grande - 13 - Sec. Ed. Cultura - Divisão de Cultura-Instituto Estadual do Livro - 1965.
- 11 - Governo do Estado do Rio Grande do Sul - Sec. da Agricultura - Diretoria de Terras e Colonização - *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul* 1961.

ANEXO 2. DOCUMENTAÇÃO CARTOGRÁFICA

1. Planta da colônia Nova Petrópolis - Escala 1:40 000
2. Planta do município de Três Coroas - Escala 1:50 000
3. Parte da planta geral da colônia Guarani pertencente ao município de São Luiz Gonzaga - Escala 1:50 000
4. Parte da planta geral da colônia Guarani pertencente ao município de Santo Angelo - Escala 1:50 000
5. Planta do município de Erechim - Escala 1:50 000
6. Planta do núcleo Anta Gorda - município de Encantado - Escala 1:20 000
7. Planta do município de Santa Rosa - Escala 1:100 000
8. Planta do município de São Paulo das Missões - Escala 1:50 000

9. Planta do núcleo São Vicente - município de General Vargas - Escala 1:40 000
10. Planta do distrito e paróquia de Poço das Antas - município de Montenegro - Escala 1:10 000
11. Planta do município de Iraí e parte de Nonoai - Escala 1:50 000
12. Planta do município de Sarandi - Escala 1:50 000
13. Planta geral entre os rios da Várzea e Guarita - Escala 1:50 000 (Ver Erechim e Santa Rosa)
14. Planta do distrito de Pedro Paiva - Escala 1:50 000
15. Planta geral da Fazenda Sarandi - Escala 1:50 000
16. Planta do município de Machadinho - Escala 1:25 000
17. Planta de secção Pinhal da Serra - município de Esmeralda - Escala 1:20 000
18. Planta da secção Telheiro - Escala 1:25 000
19. Planta de um polígono da 1a. secção entre os lageados Sé tima e Gringuinha - Júlio de Castilhos - Escala 1:20 000
20. Planta das secções Caseiros, Montanha P1 e P2 e Araçá - município de Lagoa Vermelha
21. Planta de uma parte da secção Faxinal - município de São José do Ouro - Escala 1:10 000
22. Planta da secção Cajuru - município de Lagoa Vermelha - Escala 1:25 000
23. Planta da secção Lajeado dos Índios - Escala 1:50 000
24. Planta parcial da secção Remanso - município de Dom Feliciano - Escala 1:10 000
25. Planta do município de Cacique Doble - Escala 1:25 000
26. Planta de uma parte da secção Segredo situada no município de Vacaria - Lotes 1 à 19 - Escala 1:10 000
27. Planta de uma parte da secção Segredo situada no município de Vacaria - Lotes 20 a 61 - Escala 1:10 000
28. Planta de uma parte da secção Segredo situada no município de Vacaria - Lotes 61 à 71
29. Planta dos polígonos n.os 8, 9, 11, 12, 13 e 14 - arroio Colorado e arroio Grande
30. Planta da colônia São Braz - Escala 1:20 000
31. Planta topográfica de uma parte do município de São Leopoldo - Escala 1:75 000 - 1870
32. Planta da colônia de Santa Maria da Soledade - Escala 1:20 000 - 1875
33. Planta geral da ex-colônia Silveira Martins dos núcleos Norte e Soturno e das terras particulares confinantes - Escala 1:60 000 - 1884
34. Planta geral da ex-colônia Caxias e núcleo Antonio Prado - Escala 1:50 000 - 1890
35. Planta da colônia Alfredo Chaves - Escala 1:50 000 - 1011
36. Planta do núcleo colonial Marquez do Herval - município de Osório - Escala 1:20 000 - 1894
37. Planta da colônia São Feliciano - Escala 1:40 000 - 1894
38. Planta das colônias do município de Bento Gonçalves (ex-colônia Dona Izabel e Conde D'Eu) - Escala 1:50 000 - 1898
39. Planta das terras denominadas do "Santo" - São Francisco de Paula - Escala 1:50 000 - 1903
40. Plantas das colônias Mariana Pimentel, Barão do Triunfo e terras adjacentes - Escala 1:40 000 - 1909
41. Planta de uma parte dos municípios de Santo Antonio e Conceição - Escala 1:80 000 - 1910

42. Planta da la. secção - 4º distrito - município de Cruz Alta - 104 lotes - Escala 1:20 000 - 1912
43. Planta da la. secção - 4º distrito - município de Cruz Alta - 47 lotes - Escala 1:10 000 - 1912
44. Planta da medição de 33 lotes na segunda secção - 4º distrito de Cruz Alta, entre a colônia Neu-Württemberg e o rio Fiuza - 1913
45. Planta das medições feitas no polígono nº 1 no município de Cruz Alta - Escala 1:10 000 - 1915
46. Planta da medição e divisão do polígono nº 7 - 1a. parte - Cruz Alta - Escala 1:10 000 - 1916
47. Planta da medição e divisão do polígono nº 7 - 2a. parte - Cruz Alta - Escala 1:10 000 - 1916
48. Planta da medição e divisão de 30 lotes à margem esquerda do rio Palmeira - 4a. secção - município de Cruz Alta - Escala 1:10 000 - 1916
49. Planta da discriminação das terras na margem direita do banhado do Gravataí - Escala 1:20 000 - 1917
50. Planta de uma área e lotes demarcados em terras do Estado à margem direita do rio Forquilha - Escala 1:10 000 - 1918
51. Planta dos lotes demarcados em terras do Estado e à margem direita do rio Forquilha - Escala 1:10 000 - 1918
52. Planta da secção Tingó - Escala 1:50 000 - 1921
53. Planta da I, II e III secção Mato Castelhano e do Pontão Campo do Meio - município de Passo Fundo - Escala 1:50 000 - 1924
54. Planta das secções Marau e Mato Castelhano - Escala 1:50 000 - 1924
55. Planta em organização da zona da Comissão de Terras e Colonização de Passo Fundo - 1927
56. Planta da secção Urtiga - Escala 1:50 000 - 1927
57. Planta da secção Alemães - Escala 1:50 000 - 1929
58. Planta da secção Campinas - Escala 1:50 000 - 1929
59. Planta do município de Ijuí - Escala 1:50 000 - 1932
60. Planta da secção Barra Grande no 6º distrito de Lagoa Vermelha - Escala 1:10 000 - 1933
61. Planta de uma parte da colônia Marquez do Herval - município de Osório - Escala 1:20 000 - 1945
62. Planta geral entre os rios Turvo e Guarita - Escala 1:50 000 - 1946
63. Planta da la. secção Serra das Antas - município de São Francisco de Paula - Escala 1:25 000 - 1946
64. Planta da 2a. secção Serra das Antas - município de São Francisco de Paula - Escala 1:25 000 - 1946
65. Planta da 3a. secção Serra das Antas - município de São Francisco de Paula - Escala 1:25 000 - 1946
66. Planta da zona norte do município de Soledade - Escala 1:40 000 - 1947
67. Planta geral da colônia Sobradinho - Escala 1:40 000 - 1948
68. Planta da colônia de Santo Angelo - Escala 1:40 000 - 1948
69. Planta da secção Barracão - município de Lagoa Vermelha Escala 1:25 000 - 1955
70. Planta do município de Rolante - Escala 1:50 000 - 1963
71. Planta da secção nº 1 do IGRA - São José do Ouro - Escala 1:10 000 - 1965

72. Mapa da zona de desmembramento dos municípios de Humaitá e Campo Novo para o município de Três Passos - Escala 1:50 000
73. Mapa do município de Marcelino Ramos - Escala 1:50 000
74. Mapa do município de Lagoa Vermelha - Escala 1:20 000 - 1915
75. Mapa do município de Santa Cruz - Escala 1:80 000 - 1922
76. Mapa do município de Estrela - Escala 1:100 000 - 1922
77. Mapa do município de Guaporé - Escala 1:100 000 - 1926
78. Mapa do município de Venâncio Aires - Escala 1:100 000 - 1930
79. Mapa do município de Lajeado - Escala 1:100 000 - 1936
80. Mapa da colônia Jaguari - Escala 1:50 000 - 1937
81. Carta geográfica de Campo Novo - Escala 1:50 000
82. Carta geográfica de Tenente Portela - Escala 1:50 000
83. Município de Roque Gonzales - Escala 1:50 000
84. Município de Humaitá - Escala 1:50 000
85. Município de Garibaldi - Escala 1:50 000 - 1938
86. Colônia Chimarrão - Escala 1:40 000
87. Colônia Rio do Peixe - Escala 1:40 000
88. Colônia Não-Me-Toque e adjacências - Escala 1:60 000 - 1908
89. Núcleos Anta Gorda e Itapuca - Escala 1:50 000
90. Núcleo Toropi - Escala 1:40 000
91. Espigão Alto - Escala 1:20 000
92. Secção Timbaúva - Escala 1:40 000
93. Secção Bugre-Sétima, Sétima-Gringuinha, Linha Tibiriçá - Escala 1:20 000
94. Secção Júlio de Castilhos - 8º distrito - la. secção entre os Lajeados Sétima, Limeira e Gringuinha - Escala 1:20 000 - 1927
95. Segunda secção do município de Júlio de Castilhos - 8º distrito, entre o arroio do Bugre e lajeado Sétima - Escala 1:10 000 - 1927
96. Zona compreendendo o 2º Comissariado de Terras de São Feliciano e adjacências - Escala 1:100 000 - 1930
97. Polígono nº 2 - Cruz Alta - Escala 1:10 000
98. Medição do polígono nº 3 - Cruz Alta - Escala 1:10 000
99. Polígono nº 4 - Cruz Alta - Escala 1:10 000
100. Polígono nº 5 - Cruz Alta - Escala 1:10 000
101. Polígono nº 6 - Cruz Alta - Escala 1:10 000
102. Fazenda do Pratinha - Escala 1:20 000

ANEXO 3 - COLABORAÇÃO ESPECIAL

Um agradecimento especial ao Sr. Israel Farrapo, Coordenador da Unidade de Terras e Colonização da CEMAPA, pela valiosa colaboração prestada na execução deste trabalho, na parte referente ao mapeamento das áreas de colonização constante na documentação cartográfica citada.